

Beira Douro

Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural)

**EDL – Estratégia de
desenvolvimento Local**

Promotor:
Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro



Beira Douro

Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural)

**EDL – Estratégia de
desenvolvimento Local**

Promotor:
Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro



Ficha técnica

Título

Beira Douro
Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural)

Promotor

Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro

Índice

a) Vertente do DLBC a que a candidatura diz respeito _____	5
b) Tipologia e limites do território de atuação _____	7
c) Caraterização da parceria e modelo organizacional _____	17
d) Diagnóstico da situação do território de incidência _____	25
e) Proposta de estratégia e resultados esperados _____	55
f) Processo de envolvimento com as comunidade locais _____	89

a) Vertente do DLBC a que a candidatura diz respeito

a) Vertente do DLBC a que a candidatura diz respeito

- A Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro candidata-se a uma **DLBC na vertente rural**.

b) Tipologia e limites do
território de atuação

b) Tipologia e limites do território de atuação

CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SELECIONADO

- A Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, pretende intervir sobre um território alargado, inserido na vertente Sul da NUT III Douro, composto por oito concelhos:
 - Armamar;
 - Lamego;
 - Moimenta da Beira;
 - Penedono;
 - São João da Pesqueira;
 - Sernancelhe;
 - Tabuaço; e
 - Tarouca.
- A DLBC rural proposta apresenta um quantitativo demográfico de 74.095 residentes, de acordo com os Censos da População de 2011, encontrando-se dentro dos limites definidos pelas orientações do Aviso de pré-qualificação (n.º 02/2014, de 1611.2014).
- Este DLBC rural apresenta uma incidência sub-regional ao qual corresponde uma área total de 1.365 km² e uma densidade de 54 hab./km².
- A intervenção é dirigida a um universo de 99 freguesias. Como fator estruturante destacar que parte deste território, encontra-se classificado como património mundial pela UNESCO, pelo reconhecido valor associado ao bem - Alto Douro Vinhateiro (ADV).
- Este território estabelece, considerando o seu posicionamento geográfico, um conjunto de relações funcionais com uma rede de pólos urbanos, de maior ou menor escala e influência regional, da região Norte e Centro, nomeadamente Viseu, Porto, Vila Real e Bragança.
- Ao nível das infraestruturas rodoviárias a região é marcada por um conjunto alargado de eixos municipais (EN222, EN323, ER2226, ER321, EN226, EN229) e, ainda, pelo IP3/A24 que promove as fluxos rodoviários suprarregionais, nomeadamente com Viseu (a Sul) e Peso da Régua/ Vila Real/ Chaves (a Norte), contribuindo, ainda, para a relação mais imediata com a Área Metropolitana do Porto.
- A base endógena associada à riqueza e à projeção nacional/ internacional dos produtos locais como o vinho (de mesa e do porto), os espumantes (Raposeira e Murganheira), a maçã, a cereja, a baga de Sabugueiro, a castanha, a batata e o azeite confirmam as amplas potencialidades que este território detém.
- O território é marcado pela excelência ambiental que é conferida pelos recursos hídricos e ecológicos, como os rios Douro, Cabrum, Varosa, Vouga, Távora, Torto, Tedo, Paiva; a Serra de Montemuro, as áreas agrícolas e agroflorestais que possuem um elevado valor ambiental e paisagístico e que se afirmam como um importante ativo natural.

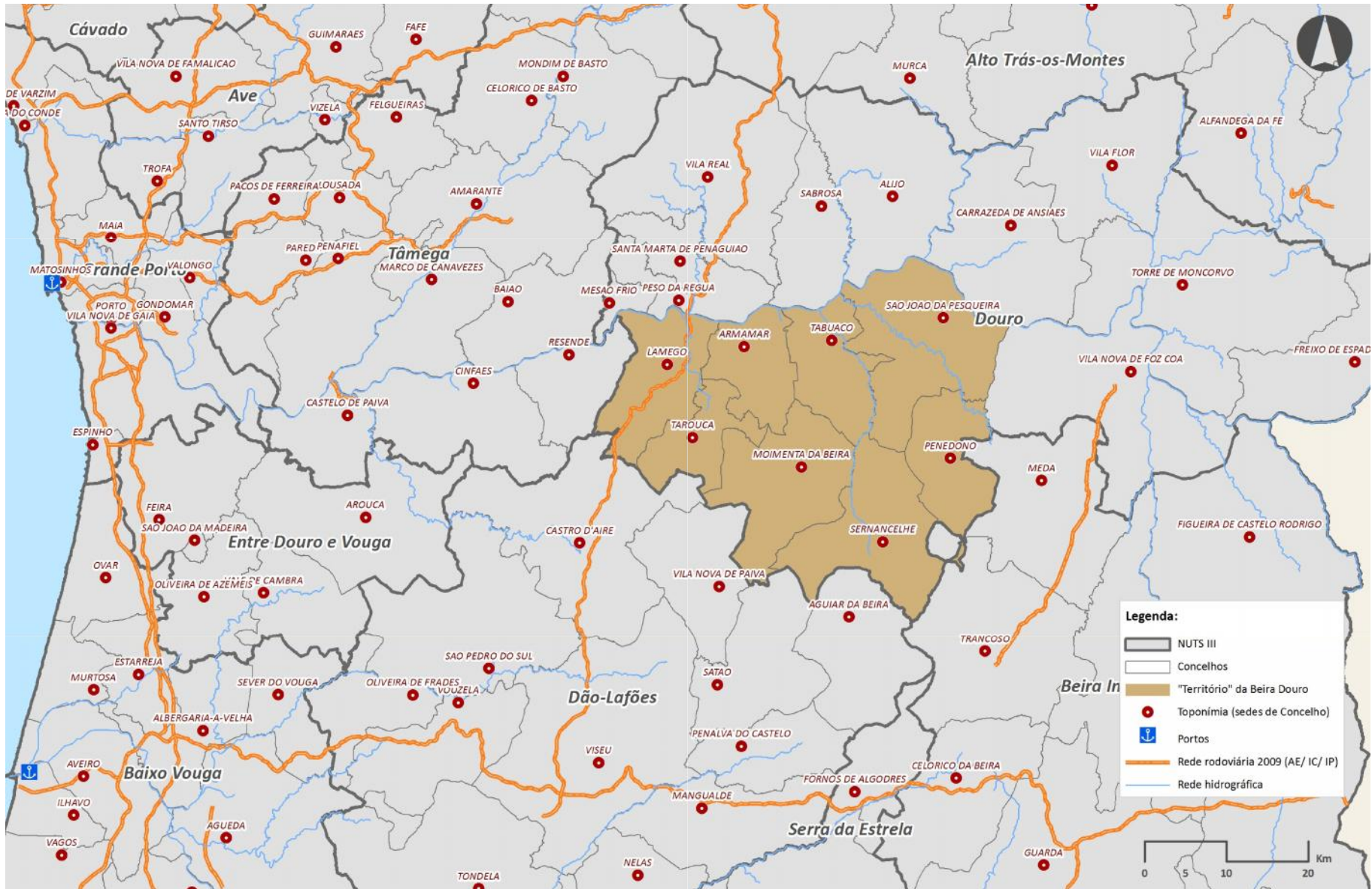
b) Tipologia e limites do território de atuação

CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SELECIONADO

- É marcado pelo relevo montanhoso que deu origem a uma rede de miradouros, que se tornaram recantos de excelência. A paisagem é marcada por sucessivas alterações ao longo do ano o que acentua cenários de plena beleza que se moldam entre a imponência dos maciços de granito, o coberto vegetal, os montes de xisto e pela amplitude solar.
- Neste âmbito, destaca-se, a estreita relação existente entre o rio, a linha ferroviária do Douro (implementada fora do território de intervenção da Beira Douro, na margem Norte do rio Douro), o corredor da EN222 (a denominada estrada romântica), as quintas, a rede patrimonial existente e os pólos urbanos (de maior ou menor dimensão), que permite estruturar, com densidade, uma rede coerente e integrada de ativos e recursos territoriais fundamentais para a afirmação da área de intervenção.
- O território possui uma densidade assinalável de elementos patrimoniais, desde monumentos classificados, conjuntos e sítios que se afirmam essenciais à projeção da dimensão turística e da visitação.

b) Tipologia e limites do território de atuação

Enquadramento nacional e regional



Mapa - Enquadramento regional do território da Associação Beira Douro

Fonte: AMA

b) Tipologia e limites do território de atuação

JUSTIFICAÇÃO PARA A TIPOLOGIA E LIMITES APRESENTADOS

- De acordo com os dados fornecidos pelo Portugal 2020, a totalidade da freguesias do território em questão são de tipologia rural, facto que demonstra a dinâmica rural (física e humana) transversal sobre o território.
- Do ponto de vista interno, este território é fortemente marcado por um mosaico de base rural de baixa densidade onde se desenvolvem um conjunto amplo de recursos, produtos e oportunidades que merecem ser aprofundadas e potenciadas de forma integrada e coesa.
- Este traço reforça o padrão de interioridade e de baixa densidade que marca expressivamente e transversalmente o território da ABD, o que evidencia a necessidade de promover as bases da coesão económica e social, tendo como ponto de partida os recursos e ativos do território, como fatores indutores de fixação de pessoas, empresas e organizações.
- Destacar que este território corresponde a uma unidade territorial homogénea e integrada, tendo sido, grosso modo, já no anterior período de programação, o território de intervenção da Beira Douro.
- Na transição para o novo período de programação a ABD deixou de contar com o concelho de Resende, concelho, que se encontra inserido noutra NUTS III – Tâmega, reforçando, assim, a sua abordagem dirigida ao território mais direto do Douro Sul. Por outro lado, passou a agregar a totalidade das freguesias do concelho de Tabuaço.
- Como fatores de agregação, coesão e homogeneidade, destacam-se:
 - A baixa densidade populacional e do edificado;
 - A quebra da natalidade e o envelhecimento populacional;
 - O dinâmica do despovoamento e a desertificação;
 - A dinâmica do desemprego;
 - A identidade cultural;
 - A integração na vertente sul do território do Alto Douro Vinhateiro – classificado como património mundial (UNESCO);
 - A presença de recursos endógenos locais que são transversais ao território da ABD (vinho, maça, castanha, baga de sabugueiro, cereja, amêndoa, azeite);
 - O potencial associado ao desenvolvimento da indústria agroalimentar, à transformação e comercialização de produtos locais;
 - A existência de organizações de produtores;
 - A presença de uma rede de quintas ligadas à produção vitícola e ao enoturismo;
 - A relação integrada com o rio Douro e respetivos afluentes;
 - As dinâmicas turísticas centradas em torno de produtos como o turismo de natureza e aventura;

b) Tipologia e limites do território de atuação

JUSTIFICAÇÃO PARA A TIPOLOGIA E LIMITES APRESENTADOS

- A presença de rotas turísticas;
- A presença de elementos patrimoniais que se encontram integrados entre si em rede.
- Complementarmente, neste território destaca-se o papel polarizador e de centralidade conferido pela cidade de Lamego, considerada como um pólo de dimensão regional e suprarregional, no quadro dos instrumentos de ordenamento do território existentes, formando, em complementaridade, um “corredor urbano” com as cidades de Peso da Régua e Vila Real (fora da área de intervenção).
- Por último, é ainda importante assinalar a experiência da Beira Douro enquanto entidade que se encontra ligada às dinâmicas do desenvolvimento local do Douro Sul há mais de vinte anos, possuindo uma experiência de relevo e um conhecimento profícuo das dinâmicas do território.

b) Tipologia e limites do território de atuação

Quadro - População por freguesia e ruralidade

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)
Armamar	<i>Aldeias</i>	337	S
Armamar	<i>Cimbres</i>	308	S
Armamar	<i>Folgosa</i>	428	S
Armamar	<i>Fontelo</i>	641	S
Armamar	<i>Queimada</i>	285	S
Armamar	<i>Queimadela</i>	248	S
Armamar	<i>Santa Cruz</i>	206	S
Armamar	<i>São Cosmado</i>	598	S
Armamar	<i>São Martinho das Chãs</i>	549	S
Armamar	<i>Vacalar</i>	205	S
Armamar	<i>Armamar</i>	1464	S
Armamar	<i>União das freguesias de Aricera e Goujoim</i>	215	S
Armamar	<i>União das freguesias de São Romão e Santiago</i>	306	S
Armamar	<i>União das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião</i>	507	S
Lamego	<i>Avões</i>	619	S
Lamego	<i>Britiande</i>	934	S
Lamego	<i>Cambres</i>	2066	S
Lamego	<i>Ferreirim</i>	904	S
Lamego	<i>Ferreiros de Avões</i>	509	S
Lamego	<i>Figueira</i>	342	S
Lamego	<i>Lalim</i>	729	S
Lamego	<i>Lazarim</i>	521	S
Lamego	<i>Penajóia</i>	1023	S
Lamego	<i>Penude</i>	1666	S
Lamego	<i>Samodães</i>	203	S

Fonte: Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística | CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa
Nota: com base em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Censos2011_Pop_Freguesias.xls

b) Tipologia e limites do território de atuação

Quadro - População por freguesia e ruralidade

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)
Lamego	<i>Sande</i>	916	S
Lamego	<i>Várzea de Abrunhais</i>	405	S
Lamego	<i>Vila Nova de Souto d'El-Rei</i>	824	S
Lamego	<i>Lamego (Almacave e Sé)</i>	12214	S
Lamego	<i>União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca</i>	706	S
Lamego	<i>União das freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões</i>	1071	S
Lamego	<i>União das freguesias de Parada do Bispo e Valdigem</i>	1039	S
Moimenta da Beira	<i>Alvite</i>	1095	S
Moimenta da Beira	<i>Arcozelos</i>	674	S
Moimenta da Beira	<i>Baldos</i>	201	S
Moimenta da Beira	<i>Cabaços</i>	280	S
Moimenta da Beira	<i>Caria</i>	507	S
Moimenta da Beira	<i>Castelo</i>	245	S
Moimenta da Beira	<i>Leomil</i>	1115	S
Moimenta da Beira	<i>Moimenta da Beira</i>	2888	S
Moimenta da Beira	<i>Passô</i>	343	S
Moimenta da Beira	<i>Rua</i>	601	S
Moimenta da Beira	<i>Sarzedo</i>	162	S
Moimenta da Beira	<i>Sever</i>	536	S
Moimenta da Beira	<i>Vilar</i>	382	S
Moimenta da Beira	<i>União das freguesias de Paradinha e Nagosa</i>	236	S
Moimenta da Beira	<i>União das freguesias de Pêra Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz</i>	428	S
Moimenta da Beira	<i>União das freguesias de Peva e Segões</i>	519	S
Penedono	<i>Beselga</i>	321	S
Penedono	<i>Castainço</i>	161	S

Fonte: Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística | CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa
Nota: com base em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Censos2011_Pop_Freguesias.xls

b) Tipologia e limites do território de atuação

Quadro - População por freguesia e ruralidade

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)
Penedono	<i>Penela da Beira</i>	353	S
Penedono	<i>Póvoa de Penela</i>	325	S
Penedono	<i>Souto</i>	317	S
Penedono	<i>União das freguesias de Antas e Ourozinho</i>	320	S
Penedono	<i>União das freguesias de Penedono e Granja</i>	1155	S
São João da Pesqueira	<i>Castanheiro do Sul</i>	439	S
São João da Pesqueira	<i>Ervedosa do Douro</i>	1294	S
São João da Pesqueira	<i>Nagozelo do Douro</i>	414	S
São João da Pesqueira	<i>Paredes da Beira</i>	629	S
São João da Pesqueira	<i>Riodades</i>	462	S
São João da Pesqueira	<i>Soutelo do Douro</i>	459	S
São João da Pesqueira	<i>Vale de Figueira</i>	462	S
São João da Pesqueira	<i>Valongo dos Azeites</i>	227	S
São João da Pesqueira	<i>União das freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões</i>	2380	S
São João da Pesqueira	<i>União das freguesias de Trevões e Espinhosa</i>	696	S
São João da Pesqueira	<i>União das freguesias de Vilarouco e Pereiros</i>	412	S
Sernancelhe	<i>Arnas</i>	220	S
Sernancelhe	<i>Carregal</i>	393	S
Sernancelhe	<i>Chosendo</i>	254	S
Sernancelhe	<i>Cunha</i>	310	S
Sernancelhe	<i>Faia</i>	207	S
Sernancelhe	<i>Granjal</i>	272	S
Sernancelhe	<i>Lamosa</i>	179	S
Sernancelhe	<i>Quintela</i>	294	S
Sernancelhe	<i>Vila da Ponte</i>	470	S

Fonte: Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística | CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa
Nota: com base em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Censos2011_Pop_Freguesias.xls

b) Tipologia e limites do território de atuação

Quadro - População por freguesia e ruralidade

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)
Sernancelhe	<i>União das freguesias de Ferreirim e Macieira</i>	581	S
Sernancelhe	<i>União das freguesias de Fonte Arcada e Eскурquela</i>	408	S
Sernancelhe	<i>União das freguesias de Penso e Freixinho</i>	370	S
Sernancelhe	<i>União das freguesias de Sernancelhe e Sarzeda</i>	1713	S
Tabuaço	<i>Adorigo</i>	397	S
Tabuaço	<i>Arcos</i>	233	S
Tabuaço	<i>Chavões</i>	385	S
Tabuaço	<i>Desejosa</i>	175	S
Tabuaço	<i>Granja do Tedo</i>	214	S
Tabuaço	<i>Longa</i>	370	S
Tabuaço	<i>Sendim</i>	705	S
Tabuaço	<i>Tabuaço</i>	1782	S
Tabuaço	<i>Valença do Douro</i>	363	S
Tabuaço	<i>União das freguesias de Barcos e Santa Leocádia</i>	710	S
Tabuaço	<i>União das freguesias de Paradela e Granjinha</i>	180	S
Tabuaço	<i>União das freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira</i>	324	S
Tabuaço	<i>União das freguesias de Távora e Pereiro</i>	512	S
Tarouca	<i>Mondim da Beira</i>	786	S
Tarouca	<i>Salzedas</i>	767	S
Tarouca	<i>São João de Tarouca</i>	606	S
Tarouca	<i>Várzea da Serra</i>	261	S
Tarouca	<i>União das freguesias de Gouveiães e Ucanha</i>	817	S
Tarouca	<i>União das freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira</i>	566	S
Tarouca	<i>União das freguesias de Tarouca e Dálvares</i>	4245	S

Fonte: Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística | CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa
 Nota: com base em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Censos2011_Pop_Freguesias.xls

c) Caraterização da parceria
e modelo organizacional

c) Caraterização da parceria e modelo organizacional

DENOMINAÇÃO

- Beira Douro

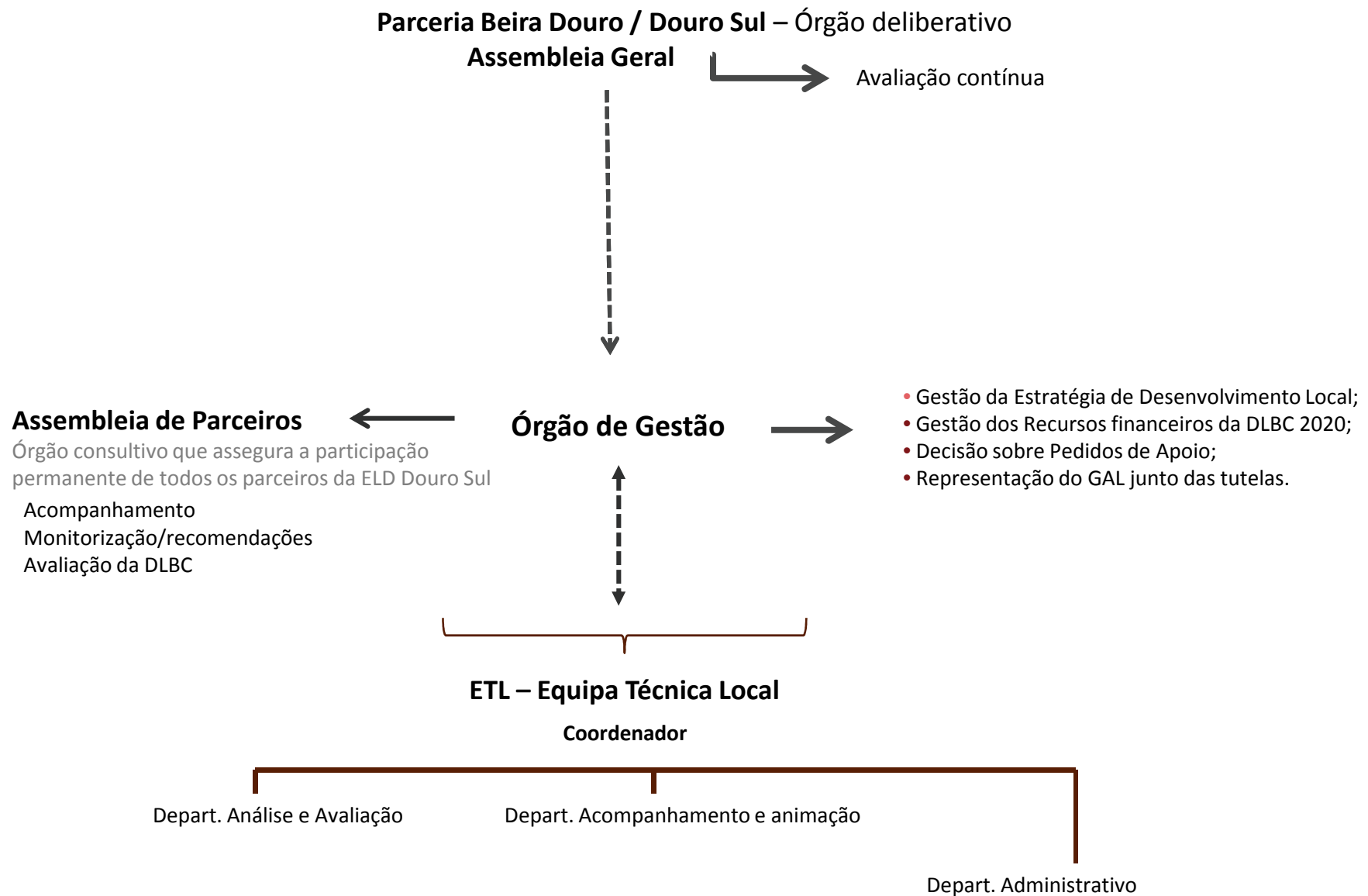
COMPOSIÇÃO DA PARCERIA

- A composição associativa da Beira Douro compreende 45 sócios – individuais e coletivos, de natureza privada e pública, de diferentes sectores socioeconómicos – representantes da sociedade civil do Douro Sul, com um papel ativo no território e com uma ação relevante no desenvolvimento local, os quais integram na qualidade de Associados a Assembleia Geral da Beira Douro (EG).

MODELO ORGANIZACIONAL DA PARCERIA

- A parceria Beira Douro definiu um modelo de organizacional cujos procedimentos garantem a participação ativa de todos os constituintes da parceria (Associados da entidade ou não) e que, simultaneamente, estabelece a segregação de funções técnicas e de decisão.

c) Caraterização da parceria e modelo organizacional



c) Caracterização da parceria e modelo organizacional

- **Assembleia Geral** - O Órgão deliberativo do DLBC sobre todas as questões que lhe estão subjacentes. Todas as decisões relacionadas com o DLBC, nomeadamente: Participar na elaboração da EDL; Aprovar EDL; Definir e aprovar a constituição do Órgão de Gestão; Acompanhar a execução da EDL, no sentido da concretização dos objetivos e metas definidas; Analisar e aprovar os relatórios de execução a submeter aos organismos que tutelam o DLBC, aprovar a constituição da Assembleia de parceiros;
- **Assembleia de Parceiros** - A Assembleia de Parceiros será um organismo consultivo do órgão de Gestão, mas que terá como missão realizar o acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da DLBC no Douro Sul; proceder à sua avaliação e produzir recomendações que visem melhorar os mecanismos de implementação dessa Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) no nosso território de Intervenção.
- **Órgão de Gestão** – Nomeado pela AG, será constituído por cinco elementos, cuja representatividade será definida em estrito respeito pela diversidade da parceria e de acordo com os dispositivos regulamentares do DLBC quanto à representatividade das parcerias nos órgãos de decisão. Esse órgão tem entre outras competências: Garantir a dinamização e gestão da EDL; Assegurar a participação dos parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL; Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias; Aprovar os documentos referentes aos procedimentos, regulamentos específicos e orientações técnicas; Aprovar os avisos de abertura de concursos; Definir os critérios de seleção das candidaturas; Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da EDL; Decidir sobre as candidaturas apresentadas; Analisar os resultados da execução.
- Em plena articulação com o Órgão de Gestão (OG), estará a Equipa Técnica Local constituída por:
- **Coordenação** (que reporta diretamente ao Órgão de Gestão) que terá como missão participar nas reuniões do Órgão de Gestão; Garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão técnica e operacional da implementação da EDL.
- **Equipa Técnica** que terá como funções principais: Elaborar todos os documentos relativos à apresentação e análise das candidaturas e pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações; Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso. Elencando as funções por departamento temos:
- **Departamento de análise e avaliação de candidaturas:** emitir pareceres técnicos sobre as candidaturas apresentadas; proceder à pontuação dos pedidos de apoio, com base nas valias globais de operação.
- **Departamento de Acompanhamento e animação:** Análise dos pedidos de pagamento; efetuar visitas a cada local de operação objeto de apoio; recolher dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações apoiadas; informação da população local; criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL.

c) Caracterização da parceria e modelo organizacional

- Deverá ainda dinamizar a estratégia de cooperação do GAL estabelecendo contactos com outros GAL e outros grupos locais ativos no desenvolvimento local para o desenvolvimento de ações comuns de promoção dos territórios rurais.
- O departamento administrativo e financeiro terá como funções a recolha e tratamento de dados relativos à execução da ELD, para a elaboração dos indicadores de acompanhamento; realizar a avaliação contínua da ELD e os relatórios de execução.
- Todo o funcionamento será regulado por um documento - Manual de Procedimentos - a ser aprovado em Assembleia-Geral da Beira Douro, após parecer da Assembleia de Parceiros, produzido em coordenação entre o Órgão de Gestão e a ETL do DLBC.
- No acesso aos apoios, os beneficiários têm como interlocutor principal os departamentos de análise/ avaliação.
- Tomada a decisão, o OG remete a informação ao departamento administrativo que comunicará à autoridade de Gestão do PDR2020 que, por sua vez, tomará as diligências necessárias para a contratualização do pedido de apoio.
- O departamento de acompanhamento e animação será responsável pelo processo de acompanhamento da execução (verificação física no local; análise documental; comprovação da despesa; emissão de relatórios de acompanhamento; bem como assegurar a animação do território).
- Estas ações vão ter em permanência o apoio de back-office do departamento administrativo e financeiro.
- Compete ao coordenador assegurar o correto funcionamento departamental, representar a ETL perante demais órgãos do GAL, bem como verificar o cumprimento da segregação de funções da ETL (Departamento de análise vs Departamento de acompanhamento).

c) Caracterização da parceria e modelo organizacional

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PARCERIA / EXPERIÊNCIA DO CANDIDATO

- O GAL é a entidade responsável pela implementação do eixo 3 do PRODER no Douro Sul (Abordagem LEADER) e é, enquanto promotor, responsável por inúmeras iniciativas em parceria com os diferentes parceiros do GAL com intervenção direta no território, bem como com outros GAL, mormente da região do Douro. (Ver CV da entidade)
- Da restante atividade que se desenvolve importa destacar os seguintes projetos:
- **Investing Douro** - visa organizar a oferta regional das oportunidades de investimento e promover a captação de investimento (principalmente IDE). O projeto, cofinanciado pelo eixo cooperação do PRODER, é desenvolvido em parceria com a Associação de Municípios do Douro Sul e CIM Douro; Associação do Douro Histórico e Douro Superior - Associação de Desenvolvimento .
- **Promoção do território e dos produtos locais** – iniciativa contínua de promoção do território e produtos locais, apoiada por diferentes fontes de financiamento público, incluindo capitais próprios da entidade. Visa abrir novas vias de comercialização dos produtos locais, promovendo o Douro e a diversificação dos mercados., com iniciativas dirigidas a diferentes agentes e mercados.
- A Beira Douro coordena (no âmbito do PRODER, eixo cooperação, e do PO Norte) o **projeto Douro Wine Tourism** que visa desenvolver o enoturismo

como produto turístico de excelência numa região triplamente património da humanidade pela Unesco. No projeto, que abrange a região demarcada do Douro, destacam-se iniciativas pioneiras no enoturismo à escala mundial como: o primeiro manual de boas práticas; aplicações móveis para diferentes sistemas operativos (exclusivas da oferta enoturismo); guia do enoturismo do Douro.

- Nos instrumentos de política que se relacionam direta e objetivamente com o DLBC, o GAL Beira Douro foi a entidade gestora dos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER +.
- É responsável pela implementação do sub-programa 3 do PRODER (Abordagem LEADER) e tem gerido outros instrumentos de política, destacando-se:
- **Programa de valorização dos Centros Rurais** através da implementação do Centro Rural de São Martinho das Chãs, com intervenção em 3 concelhos em iniciativas de valorização do património rural e na capacitação das associações culturais e sociais.
- **Programa AGRIS -Ação 7.1.** - Valorização do ambiente e do património rural, através do Plano de intervenção de Fonte Arcada, com o objetivo de valorizar o património rural e alavancar artes e ofícios tradicionais.
- **ON - medida 1.4-** Douro e Trás-os-Montes: Promoção do território, captação de investimento. Projeto em parceria com a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, visou a captação de investimento (IDE).

c) Caraterização da parceria e modelo organizacional

- **Douro wine Tourism** (ON2 – Programa Operacional da Região Norte), este projeto visa promover o Douro como destino de enoturismo de excelência mundial.
- Destacam-se de um vasto leque de projetos e iniciativas levadas a cabo ao longo dos 20 anos de envolvimento da Beira Douro no desenvolvimento local, os seguintes:
- **Aldeias de Portugal**; Sementes de Futuro; Aldeias de Tradição; Dinamização dos Territórios Rurais de Entre Douro e Minho e Douro Sul; Itinerários turístico-culturais do Douro Sul – Rotas Medievais;

CAPACIDADE FINANCEIRA, TÉCNICA E MATERIAL

- Para garantir uma adequada uniformização de procedimentos contabilísticos no âmbito da gestão, o GAL adota as normas contabilísticas conforme o sistema de normalização contabilística (SNC), organizado em centros de custos DLBC. Este sistema contabilístico permite ainda segregar de forma transparente a atividade corrente do GAL e a relacionada com outras atividades, daquela que diz respeito ao DLBC, mormente nas medidas de funcionamento.
- A Gestão contabilística DLBC/Beira Douro tem como responsável um TOC interno, bem como a supervisão e revisão de um ROC.
- A Equipa Técnica Local é constituída por técnicos com vasta experiência na gestão e implementação de instrumentos de política de desenvolvimento Local (ver CV em anexo).

- Os recursos materiais a afetar ao funcionamento do GAL em matéria de instalações são os seguintes:
- As instalações que o GAL dispõe, e que estarão afetas à atividade a desenvolver no âmbito da implementação do DLBC, são constituídas por: 1 Gabinete para a coordenação; 2 gabinetes para o Corpo Técnico; 1 sala de receção e atividade administrativa; 1 Sala de reuniões com capacidade para 8 pessoas; 1 Sala de formação / Workshops com capacidade para 50 pessoas; 1 auditório com capacidade para 250 pessoas; 2 Salas de arquivo; 2 Salas de Arquivo morto e 4 WC.
- Quanto aos recursos materiais a afetar ao funcionamento do GAL em matéria de equipamentos, o GAL Beira Douro (Douro Sul) pretende afetar os seguintes equipamentos ao DLBC:
- 1 viatura todo-terreno 5 lugares (1998); 1 viatura ligeira de passageiros de 5 lugares (2011); 2 desktops ligados em rede com internet banda larga/wireless; 5 Laptops; 1 Projetor Vídeo; Televisão e DVD; 1 Impressora Laser/Scanner/Fotocopiadora; 1 Fax; Mobiliário integral das instalações já descritas; Equipamento de encadernação.

c) Caraterização da parceria e modelo organizacional

CAPACIDADE FINANCEIRA, TÉCNICA E MATERIAL

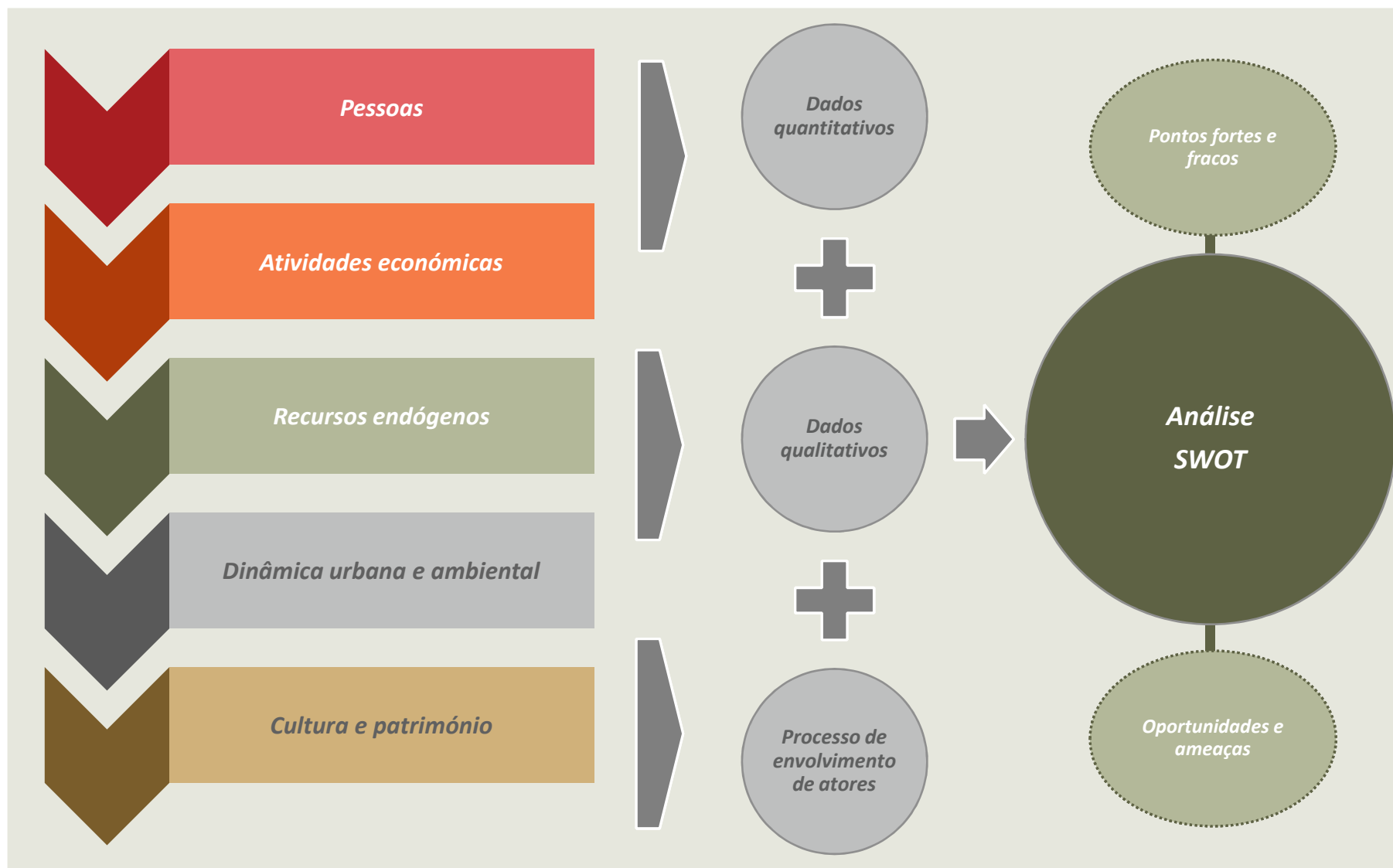
- No que diz respeito à capacidade financeira do GAL é importante referir que a Beira Douro apresenta uma autonomia financeira de cerca 46% no último ano de apresentação de contas (2013). O capital próprio é €145.513,12 e a sua rentabilidade (ROE) é de 16.4%, apresentando também uma boa capacidade em realizar liquidez.
- De salientar que a Beira Douro tem procurado diversificar a sua componente de receitas a outras áreas tendo para o efeito, em 2014, desenvolvido um projeto de criação de uma rede de loja sob o *label* Douro, a *world of excellence*, uma loja conceito sobre a temática do Douro, e cujo primeiro espaço comercial abriu no centro histórico de Lamego em 2014, sob a alçada de uma sociedade integralmente participada pela Beira Douro (Além Douro, lda). Espera-se que este e outros projetos em carteira possam criar condições de sustentabilidade ainda mais significativas.

d) Diagnóstico da situação
do território de incidência

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Do diagnóstico prospetivo à análise SWOT

Imagem - Metodologia aplicada ao diagnóstico prospetivo do território da ABD



Fonte: AMA

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Dinâmica demográfica e povoamento

- Ao longo dos últimos três momentos censitários os concelhos que integram a ABD registaram um perfil de **retração demográfica constante** (– 10%, entre 1991 e 2001, e 7,5%, entre 2001 e 2011), em linha com a dinâmica registada na NUT III Douro (-10%, entre 1991 e 2001, e -7,5%, entre 2001 e 2011). Os concelhos onde esta quebra foi mais expressiva foram Armamar (-16%), Penedono (-14,3%) e São João da Pesqueira e Sernancelhe (-9%).
- Os concelhos que evidenciam uma quebra demográfica menos significativa e abaixo do referencial médio da NUT III Douro (-7,2%) são Lamego (-5%) e Tarouca (-3%). A quebra relativa constatada em ambos os concelhos prende-se, no caso **de Lamego, com a área de polarização funcional** que o concelho exerce no quadro dos territórios de base rural limítrofes, tornando-o num

concelho mais dinâmico e atrativo, tanto ao nível do emprego como dos serviços de suporte, ao qual se junta a oferta de equipamentos coletivos. No caso de Tarouca a oferta habitacional e a oferta de equipamentos e serviços, bem como a relação com o IP3/ A24, tem contribuído para a atração e fixação de novos residentes.

- Os valores revelam a **ruralidade** que marca o padrão territorial de baixa densidade, em linha com a esmagadora maioria dos territórios do interior, **evidenciado desafios em termos de coesão económica e social**.

Quadro - Território e dinâmica demográfica | 1991-2001-2011

	Área (Km2) 2010	População (n.º)			Variação da população residente (%)			Densidade populacional (Hab./Km2) 2011
		1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	Dinâmica	
Armamar	117	8.677	7.492	6.297	-13,7%	-16,0%	▼	54
Lamego	165	30.164	28.081	26.691	-6,9%	-4,9%	▼	161
Moimenta da Beira	220	12.317	11.074	10.212	-10,1%	-7,8%	▼	46
Penedono	134	3.731	3.445	2.952	-7,7%	-14,3%	▼	22
S. João da Pesqueira	266	9.581	8.653	7.874	-9,7%	-9,0%	▼	30
Sernancelhe	229	7.020	6.227	5.671	-11,3%	-8,9%	▼	25
Tabuaço	134	7.901	6.785	6.350	-14,1%	-6,4%	▼	47
Tarouca	100	9.579	8.308	8.048	-13,3%	-3,1%	▼	80
"Território" Beira Douro	1.365	88.970	80.065	74.095	-10,0%	-7,5%	▼	54
Douro	4.108	238.695	221.853	205.902	-7,1%	-7,2%	▼	50
Norte	21.286	3.472.715	3.687.293	3.689.682	6,2%	0,1%	▲	173
Portugal	92.212	9.867.147	10.356.117	10.562.178	5,0%	2,0%	▲	115

Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

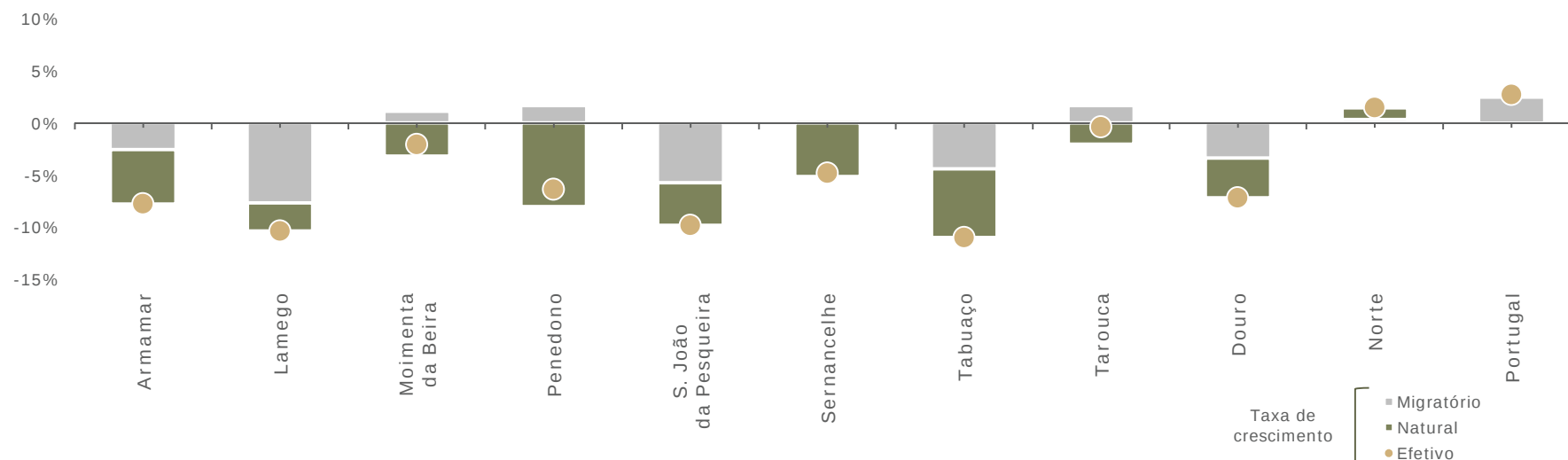
Dinâmica demográfica e povoamento

- Não obstante, a dinâmica de retração demográfica é distinta no contexto dos nove concelhos analisados, sobretudo quando se analisa a dinâmica dos três momentos censitários:
 - Existem municípios em que apesar de se verificar uma diminuição do quantitativo demográfico entre 1991 e 2001, conseguiram registar, entre 2001 e 2011, taxas de variação inferiores ao anterior período como: Tarouca, Tabuaço, Moimenta da Beira, Lamego e Sernancelhe e São João da Pesqueira.
 - Destacar ainda os concelhos em que, em ambos os momentos (1991-2001 e 2001-2011), registam um agravamento da diminuição do efetivo populacional, como são: Armamar e Penedono.
- Ainda assim, é importante destacar que existem um conjunto de concelhos que apresentam uma taxa de crescimento migratório positiva – como

Moimenta da Beira (1,1%), Penedono (1,7%), Sernancelhe (0,3%) e Tarouca (1,6%) – contribuindo para esta dinâmica o fator de atratividade associado ao emprego em setores de maior especialização.

- Referir que o ciclo associado à quebra do saldo natural, afirma-se como um fator amplamente negativo para o rejuvenescimento e para a sustentabilidade demográfica, contribuindo para um padrão de forte despovoamento e repulsão.

Gráfico - Componentes do crescimento demográfico (saldo natural, migratório e efetivo) | 2001-2010



Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Dinâmica demográfica e povoamento

- O território da ABD evidencia uma padrão de **envelhecimento** populacional contabilizando **161 idosos por cada 100 jovens** (2011). De referir a forte dinâmica de envelhecimento constatada no concelho de Penedono (234 idosos/ 100 jovens), Armamar e Tabuaço (193 idosos).
- Considerando especificamente a variação da população com idade compreendida entre 25 e 64 anos, ou seja, em idade ativa, entre 2001 e 2011, constata-se uma quebra assinalável deste efetivo nos concelhos de Armamar (-18%), Penedono (-16%) e Sernancelhe (-12%). Em termos globais, no território da ABD, constata-se uma quebra média na ordem dos 7%. Já os concelhos de Lamego (-5%), Tabuaço (-3%) e Tarouca (-2%) evidenciam uma

quebra menos significativa em virtude da atratividade exercida em termos do emprego e de funções baseadas no capital endógeno, contribuindo para a criação das condições “chave” à fixação de população em idade ativa.

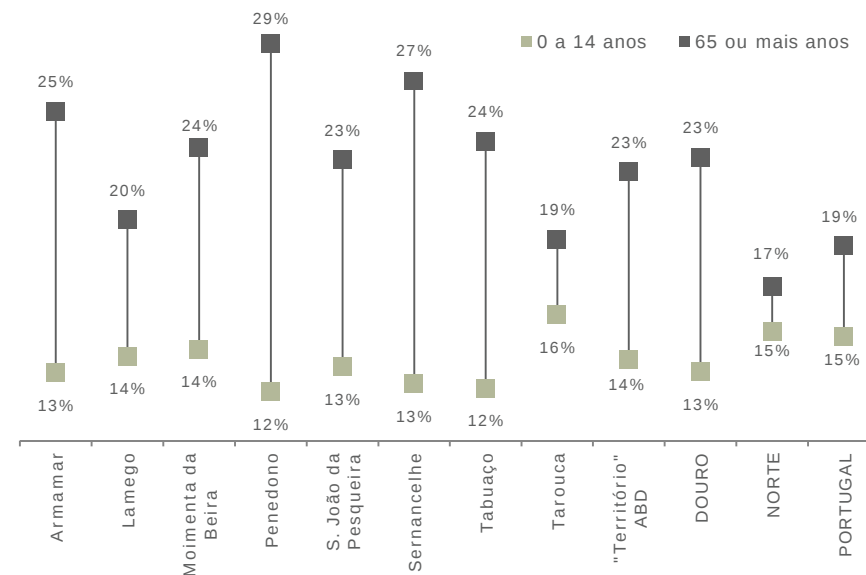
- **Este indicador reforça a necessidade de promover medidas urgentes** de fixação de população por via de estratégias de criação de emprego e de novas atividade, baseadas no capital endógeno e nos produtos de valor acrescentado, bem como o acesso a funções, serviços e equipamentos.

Quadro - Estrutura etária da população residente

	Índice de Envelhecimento 2011	Índices de dependência 2011			Estrutura etária da população residente 2011			
		Jovens	Idosos	Total	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos
Armamar	193	21	41	63	13%	11%	50%	25%
Lamego	146	21	31	52	14%	11%	54%	20%
Moimenta da Beira	167	23	38	61	14%	12%	50%	24%
Penedono	234	21	49	69	12%	10%	49%	29%
S. João da Pesqueira	172	21	37	58	13%	12%	51%	23%
Sernancelhe	213	21	44	65	13%	11%	50%	27%
Tabuaço	193	20	38	57	12%	11%	52%	24%
Tarouca	122	25	30	55	16%	11%	53%	19%
“Território” Beira Douro	164	22	36	57	14%	11%	52%	23%
Douro	176	21	37	57	13%	11%	53%	23%
Norte	114	22	25	48	15%	12%	56%	17%
Portugal	129	23	29	52	15%	11%	55%	19%

Fonte: INE

Gráfico - Estrutura etária da população residente

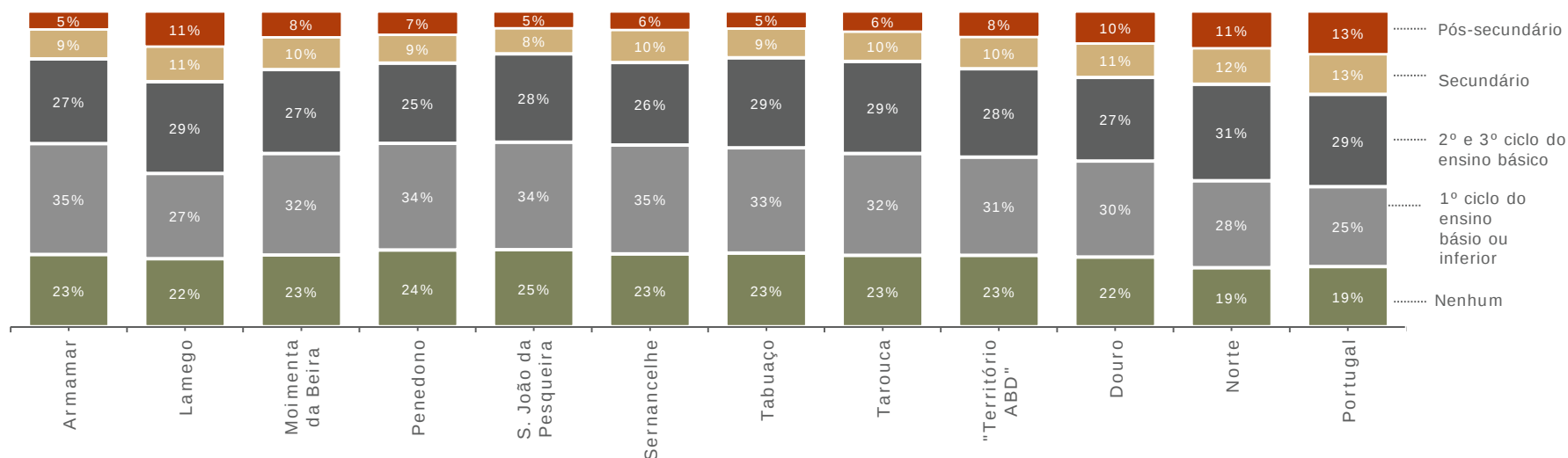


d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Dinâmica demográfica e habilitações

- A capacidade de atração e fixação de empresas, infraestruturas de acolhimento e serviços de base empresarial depende largamente do nível de formação e competências da população, contribuindo para a atratividade empresarial. **As habilitações literárias, são assim, essenciais para avaliar o capital humano do território.**
- O território da ABD revela fortes desafios no tocante ao perfil habilitacional dos seus residentes. **Apenas 10% da população possui o ensino secundário**, valor acima dos referenciais da região do Douro (9%) e abaixo do Norte (12%) e do país (13%). Assim como, no ensino pós-secundário o território da ABD revela um valor abaixo do referencial dos três contextos assinalados.
- Os concelhos que integram a ABD Douro revelam uma taxa média de **população residente sem nenhuma habilitação de 23%**, valor superior em cerca de 5 pontos percentuais à NUT II Norte e cerca de 4 pontos percentuais a Portugal, facto que aliado a um padrão de envelhecimento populacional reforça a urgência em refletir no modelo de atratividade residencial, empresarial e educativo da região.
- Neste contexto, é importante destacar a situação dos seguintes concelhos:
 - Armamar, Sernancelhe (com 35%), Penedono e São João da Pesqueira (24%) são os concelhos que apresentam maior índice de população com o primeiro ciclo do ensino básico ou inferior;
 - Lamego onde cerca de 22% da população possui o ensino secundário e pós-secundário.

Gráfico - Estrutura de habilitações da população residente | 2001-2011



Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

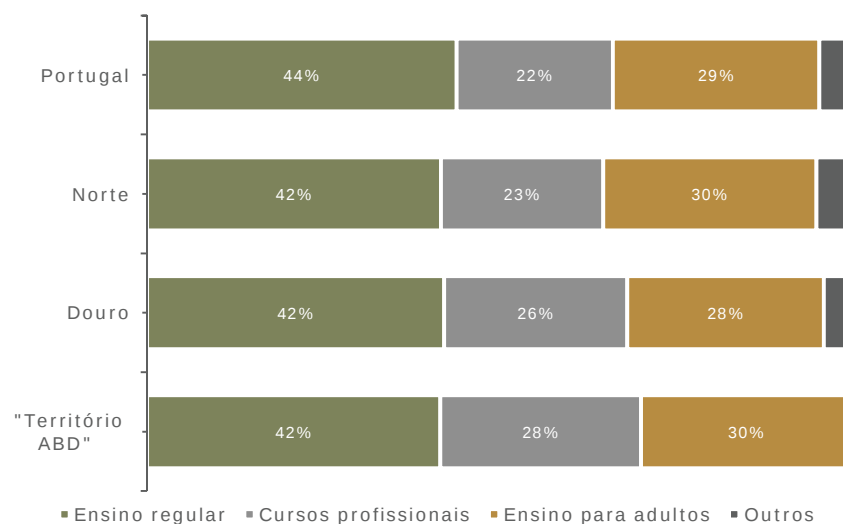
Dinâmica demográfica e habilitações

- A oferta de ensino profissional é fundamental para a diversificação do perfil de competências da população contribuindo, também, para o alargamento da estrutura empresarial, para o combate ao abandono escolar e para melhorar os índices de empregabilidade regional.
- O território da ABD apresenta uma **preponderância para o ensino secundário profissional (28%)**, superior aos referenciais do país (22%), da NUT II Norte (23%) e da NUTS III Douro (26%). Para este efeito contribuem as escolas profissionais de: São João da Pesqueira (ESPRODOURO), Sernancelhe (ESPRODER), Escola Profissional Tecnológica e Agrária de Moimenta da Beira, Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto de Tabuaço, Escola de Hotelaria e Turismo do Douro e a

Escola Profissional de Lamego.

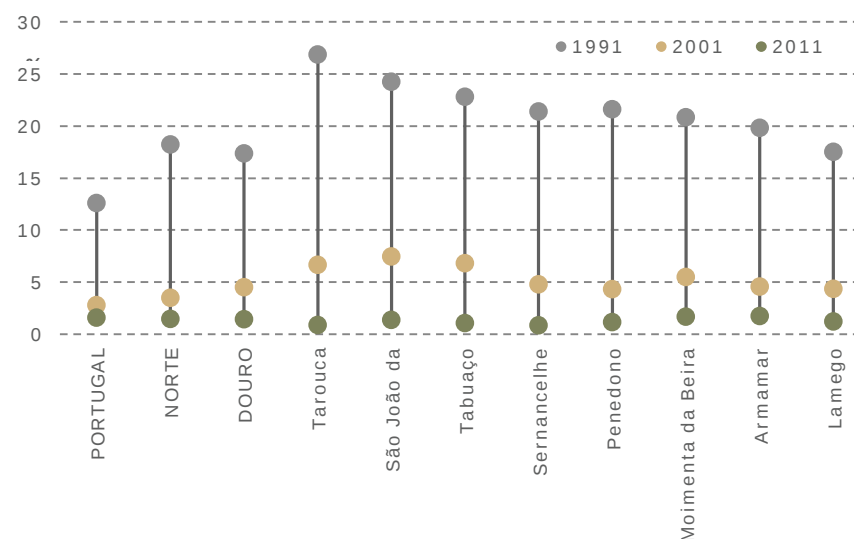
- A taxa de abandono escolar registada na NUT III Douro (cerca de 20%) encontra-se alinhada com a região Norte e com o país. Entre os três momentos censitários analisados (1991, 2001 e 2011), **registou-se uma quebra significativa da dinâmica associada ao abandono escolar.**
- A **retração evidenciada ao longo das duas décadas** de análise, em todos os nove concelhos da ABD, supera os referenciais da NUT III Douro (-16%), NUT II Norte (17%) e do país (11%), dinâmica essa que **revela o esforço desenvolvido na região** para suprir os défices associados ao abandono escolar e à implementação de oferta escolar e formativa.

Gráfico - Alunos matriculados no secundário por modalidade de ensino | ano letivo | 2009-2010



Fonte: INE

Gráfico - Taxa de abandono escolar | 1991-2001-2011

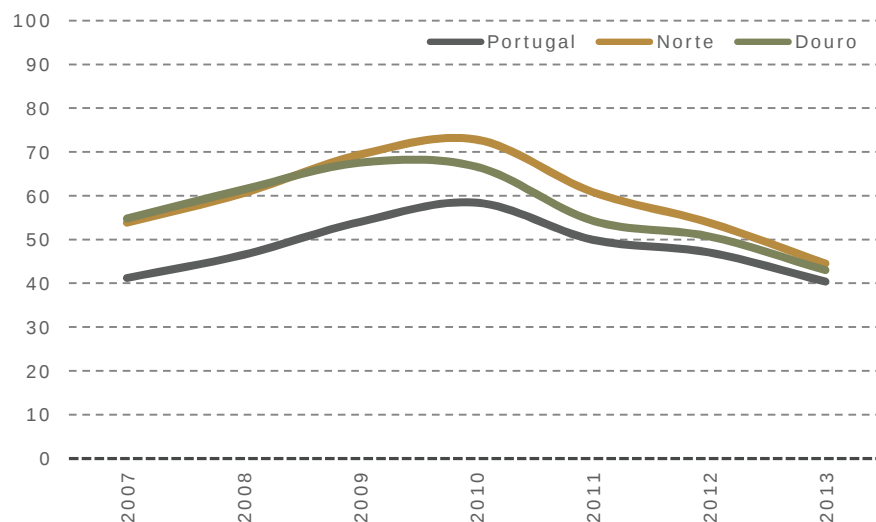


d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Dinâmica demográfica e sociais

- O rendimento social de inserção afirma-se como um apoio fundamental para os indivíduos e famílias com escassos rendimentos, constituído por uma prestação em dinheiro para satisfação das necessidades básicas e um programa de inserção para ajudar à integração social e profissional.
- De acordo com dados do INE constata-se que o efetivo populacional, por cada 1.000 habitantes em idade ativa, a usufruir de rendimento social de inserção (RSI), da segurança social, tem vindo a diminuir nomeadamente entre os anos de 2010 e 2013. Se no ano de 2009, na NUT III Douro, existiam cerca de 67 pessoas a usufruir de RSI, por cada 1.000 habitantes, no ano de 2013 existiam 43.

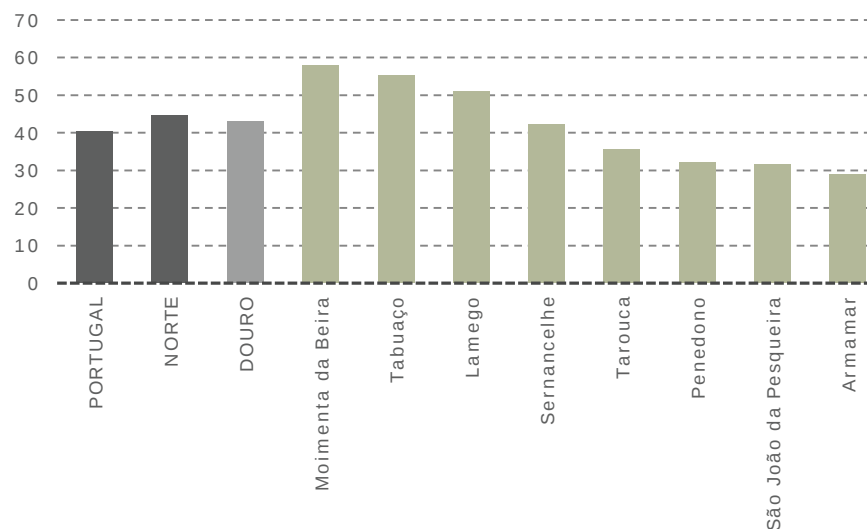
Gráfico - Evolução das/ os beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1.000 hab. em idade ativa | 2007-2013



Fonte: INE

- No ano de 2013 constata-se que os concelhos do território da ABD possuíam maior “dependência” do RSI eram: Moimenta da Beira (58 residentes/ 1.000 habitantes em idade ativa), Tabuaço (55 habitantes), Lamego (51). Todos estes concelhos possuem valores acima dos referenciais da NUT III (43), da NUT II (44) e de Portugal (40).

Gráfico - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1.000 hab. em idade ativa | 2013

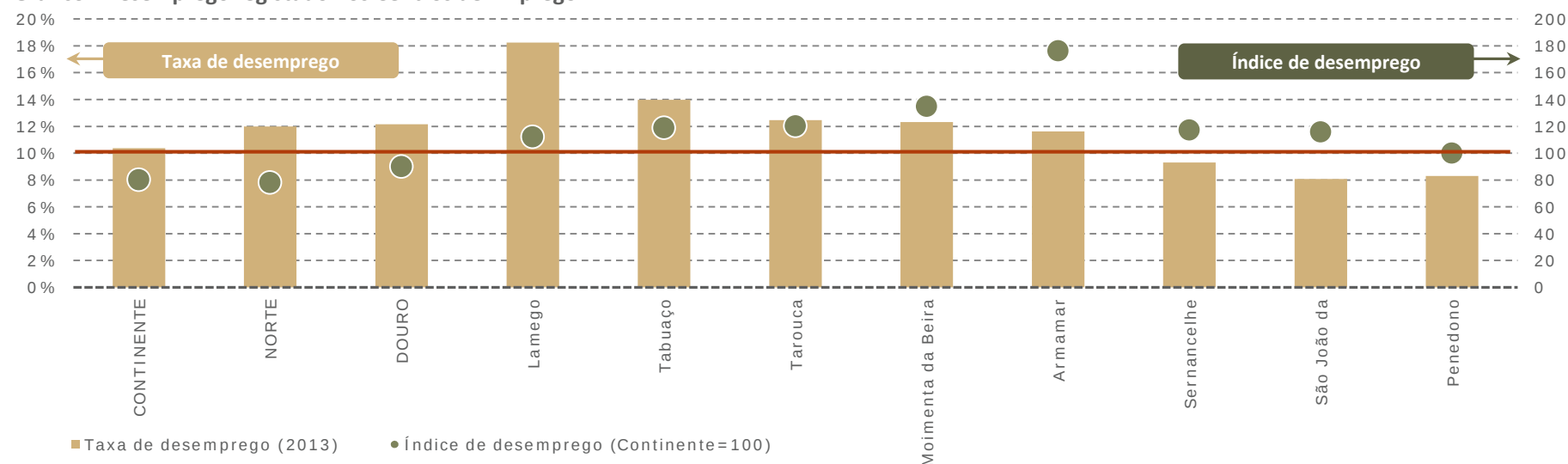


d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Dinâmica demográfica e emprego

- De acordo com dados do IEFP, a NUT III Douro apresenta uma taxa de desemprego (12%), no ano de 2013, valor alinhado com o referencial da NUT II Norte e superior (em dois pontos percentuais) ao Continente. Os concelhos mais afetados pela dinâmica do desemprego são: Lamego (18%) e Tabuaço (14%).
- No tocante à dinâmica do desemprego por habilitações constata-se que a **esmagadora maioria da população desempregada possui o ensino básico**, enquanto nível habilitacional, atingindo o patamar dos 62% na NUTS III do Douro. Destacar que os concelhos de Tabuaço (69%) e Tarouca (68%) ultrapassam os referenciais da região, facto que vem ao “encontro” da dinâmica detetada em termos de habilitações literárias e do abandono escolar.
- O desenvolvimento de oportunidades de integração da população desempregada, a sua qualificação e reintegração, a reconversão de competências e o desempenho de um papel ativo na sociedade são desafios fundamentais e decisivos deste território, nos próximos anos, sobretudo da população mais envelhecida.
- A ausência de oportunidades ao nível profissional para os mais jovens, associada à dinâmica do desemprego, é uma lacuna social que é importante inverter a curto prazo, no sentido de **estabelecer as bases associadas à sustentabilidade demográfica** regional, permitindo promover as bases associadas ao povoamento e à atração de população em idade ativa para os territórios do interior do país.

Gráfico - Desemprego registado nos Centros de Emprego



Fonte: EFP

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Estrutura do emprego e setores de atividade económica

- O território da ABD concentra cerca de **2.502 unidades empresariais que são responsáveis por 13.681 postos de trabalho**. Este conjunto de unidades corresponde a cerca de 33% dos estabelecimentos da sub-região do Douro (com cerca de 7.400 estabelecimentos). Os concelhos que possuem maior número de estabelecimentos são Lamego (34%), Moimenta da Beira (12,6%) e São João da Pesqueira (11,6%).
- O território da ABD revela um perfil pouco industrializado – apenas 9,7% dos estabelecimentos e 13% dos postos de trabalho – comparativamente com os referenciais da região Norte (17% dos estabelecimentos e 33% dos postos de trabalho) e do país (12% e 22%, respetivamente).
- Em termos concelhios constata-se um declínio acentuado do emprego no setor da indústria nos concelhos de Tarouca (-5,6%), Sernancelhe (-2,8%) e Penedono (-2,6%), contrariando a dinâmica positiva dos concelhos de Moimenta da Beira (10,5%) e Armamar (7,8%) que supera claramente os referenciais do país (-2,8%), da região Norte (-3,1%) e da sub-região Douro (0,8%).

Quadro - Estabelecimentos e emprego | 2009

	N.º estabelecimentos (2009)		N.º postos de trabalho (2009)		Dimensão média (2009)		Taxa média anual de crescimento de estabelecimentos e emprego (1999-2009)			
	Total	% Indústria	Total	% Indústria	Total	Indústria	Total estabelecimentos	Estabelecimentos industriais	Emprego total	Emprego indústria
Armamar	208	7,7%	1.199	18,4%	5,8	13,8	10,3%	2,3%	10,5%	7,8%
Lamego	952	7,5%	5.227	9,8%	5,5	7,2	6,9%	4,7%	4,9%	3,5%
Moimenta da Beira	353	11,6%	1.609	16,6%	4,6	6,5	5,8%	6,6%	6,1%	10,5%
Penedono	92	9,8%	303	13,5%	3,3	4,6	5,3%	2,8%	3,4%	-2,6%
S. João da Pesqueira	324	11,7%	1.406	18,6%	4,3	6,9	9,5%	10,1%	6,6%	5,2%
Sernancelhe	199	16,1%	815	24,4%	4,1	6,2	6,4%	1,9%	4,0%	-2,8%
Tabuaço	143	9,8%	805	14,9%	5,6	8,6	9,7%	12,1%	4,0%	3,9%
Tarouca	231	9,1%	2.317	8,1%	10,0	8,9	6,2%	0,0%	10,1%	-5,6%
Território ABD	2.502	9,7%	13.681	13,2%	5,5	7,5	7,2%	4,8%	6,2%	2,3%
Douro	7.399	8,9%	39.216	12,2%	5,3	7,3	6,6%	3,9%	5,1%	0,8%
Norte	140.324	16,9%	1.063.382	32,5%	7,6	14,6	4,3%	-0,5%	1,4%	-3,1%
Portugal	407.172	11,9%	3.110.139	21,9%	7,6	14,0	4,1%	0,2%	2,1%	-2,8%

Fonte: MSS

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Estrutura do emprego e setores de atividade económica

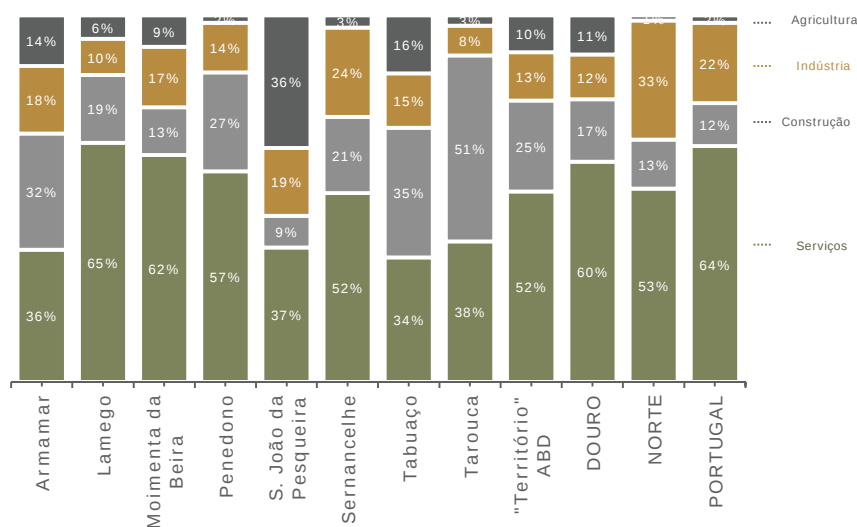
- No que concerne ao perfil do território é fundamental analisar o emprego por atividade económica no sentido de aferir o perfil produtivo. O território da ABD capta cerca de **52% da população empregada diretamente nos serviços**, valor abaixo dos referenciais da NUT II Norte (53%) e do país (64%).
- O perfil concelhio do emprego por atividade económica diverge internamente:
 - Um conjunto de concelhos em que os **serviços possuem um peso relevante**, nomeadamente Lamego (65%), Moimenta da Beira (62%) e Penedono (57%), facto que revela o peso da administração pública e dos serviços;
 - O concelho de São João da Pesqueira em o que setor da **agricultura** apresenta uma dinâmica assinalável, apresentando **cerca de 36% da população empregada afeta a esta atividade**,

valor exponencialmente acima dos referenciais internos da ABD, bem como da NUT II Norte e do país;

- Os concelhos de Tarouca (51%) e Tabuaço (35%) que apresentam um perfil fortemente centrado no **setor da construção**.
- Na **indústria** destacam-se o caso dos concelhos de Sernancelhe (24%), São João da Pesqueira (19%), Armamar (18%) e Moimenta da Beira (17%).

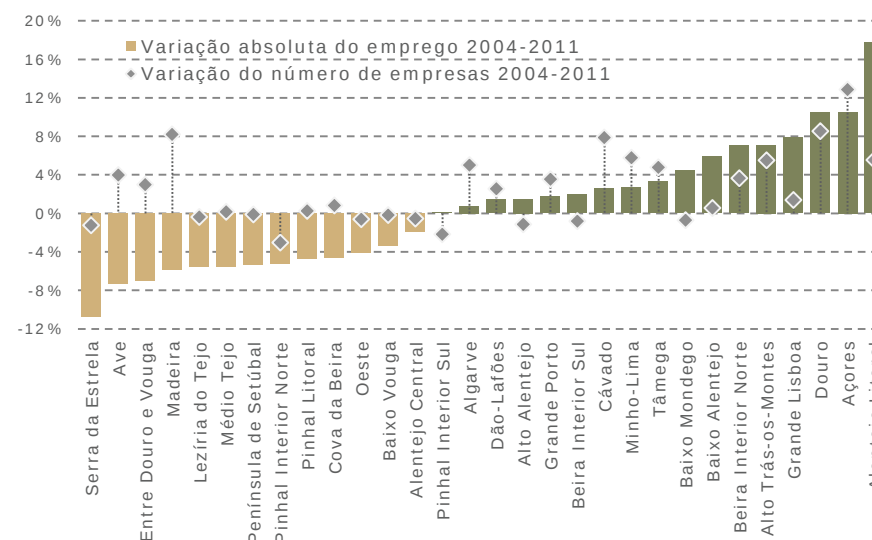
- Entre 2004 e 2011 o Douro revelou uma dinâmica favorável em termos da criação de empresas (9%) e de emprego (11%). Esta evolução decorre num contexto de terciarização da economia regional, tendo presente que a população empregada, entre 2001 e 2011, aumentou cerca de 1% nos serviços e diminuiu cerca de 4,5% no setor primário e 2,3% no setor secundário.

Gráfico - Emprego por atividade económica



Fonte: INE

Gráfico - Estrutura dos estabelecimentos por dimensão

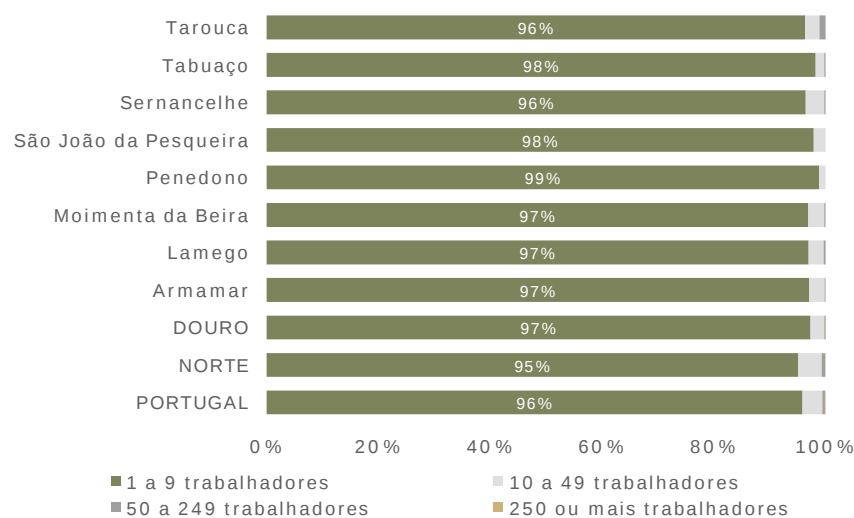


d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Estrutura do emprego e setores de atividade económica

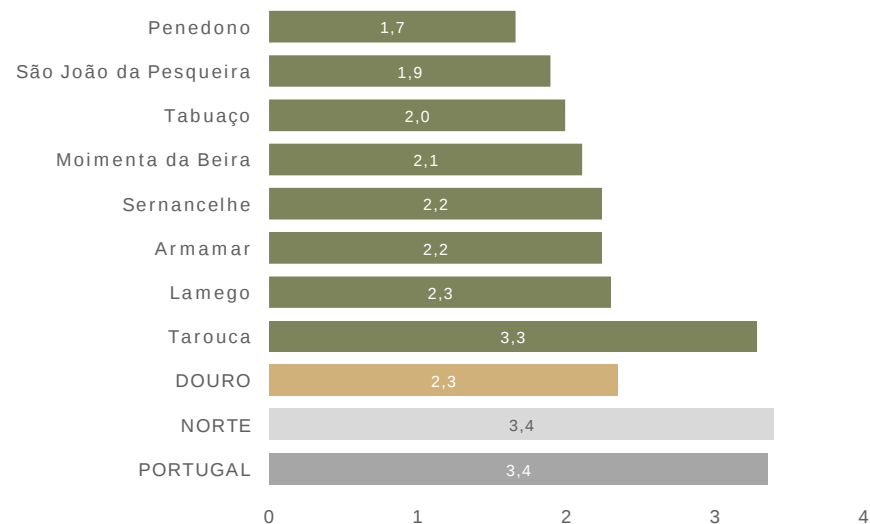
- O tecido empresarial da NUTS III Douro revela uma forte atomização considerando que mais de 90% dos estabelecimentos empresariais existentes, no ano de 2010, empregam menos de 9 trabalhadores, valor, grosso modo, alinhado com a NUT II Norte e com o país.
- Observando internamente a dinâmica do território da ABD constata-se que:
 - Tarouca emprega em média mais um trabalhador por estabelecimento, facto que, de certa forma, encontra-se associado ao perfil de especialização associado ao setor da construção, sendo este resultado impulsionado pelos 7 estabelecimentos que apresentam uma estrutura compreendida entre 50 e 249 trabalhadores.
 - Nos restantes concelhos os estabelecimentos são compostos por uma média de cerca de 2 trabalhadores, à exceção de Penedono que possui 1,7 trabalhadores por estabelecimento.
- Lamego que detém o maior número de estabelecimentos no território da ABD (cerca de 2400), ao contrário dos restantes concelhos, possui alguns estabelecimentos compostos por 10 a 49 trabalhadores (65 no total) e ainda estabelecimentos de 50 a 249 trabalhadores (8 no total).

Gráfico - Estrutura dos estabelecimentos por dimensão



Fonte: INE

Gráfico - Dimensão média dos estabelecimentos



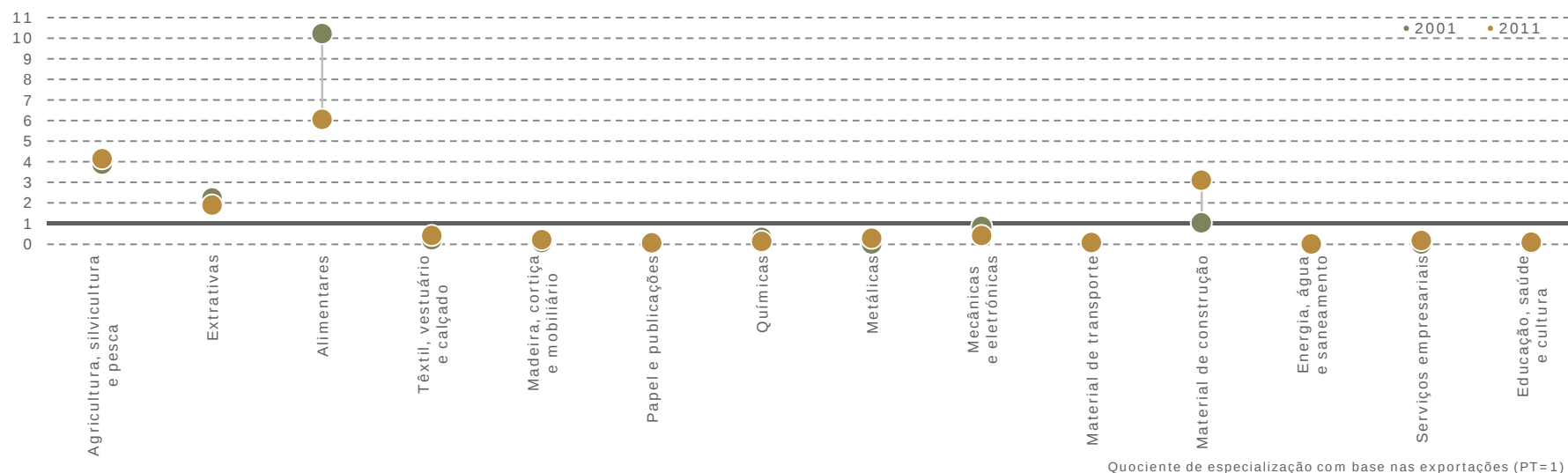
d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Setores de atividade económica e internacionalização

- A região do Douro apresenta a terceira taxa de exportação mais baixa do conjunto das NUTS III de Portugal, com 3% e um aumento de apenas 1% entre os momentos censitários de 2001 e 2011.
- Não obstante, importa referir que a região apresenta **quatro setores com forte orientação para os mercados internacionais**, quando comparando com o país, embora com diferentes evoluções. **As indústrias alimentares e extrativas** – que apresentam um trajeto de retração ao longo dos últimos dez anos – e a indústria ligada com os **materiais de construção** e a **agricultura, a silvicultura e a pesca** que, entre os dois momentos em análise, apresentam uma dinâmica de expansão.
- Neste âmbito, é assim possível **aferir o potencial regional associado com a**

matriz endógena e os respetivos produtos locais (o vinho, o espumante, o azeite, a amêndoa, a maçã, a cereja, o sabugueiro, entre outros) que contribuem para a afirmação e desenvolvimento de produtos estratégicos que apresentam condições de competirem nos mercados externos, não obstante a necessidade de promover a organização dos operadores e das fileiras produtivas, bem como a constituição de investimento “chave” no domínio da transformação de recursos. Uma nota final para o domínio das indústrias extrativas, para o qual contribuem algumas empresas localizadas em Moimenta da Beira, Armamar, Tabuaço e Penedono.

Gráfico - Especialização regional das exportações* | 2001-2011



Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

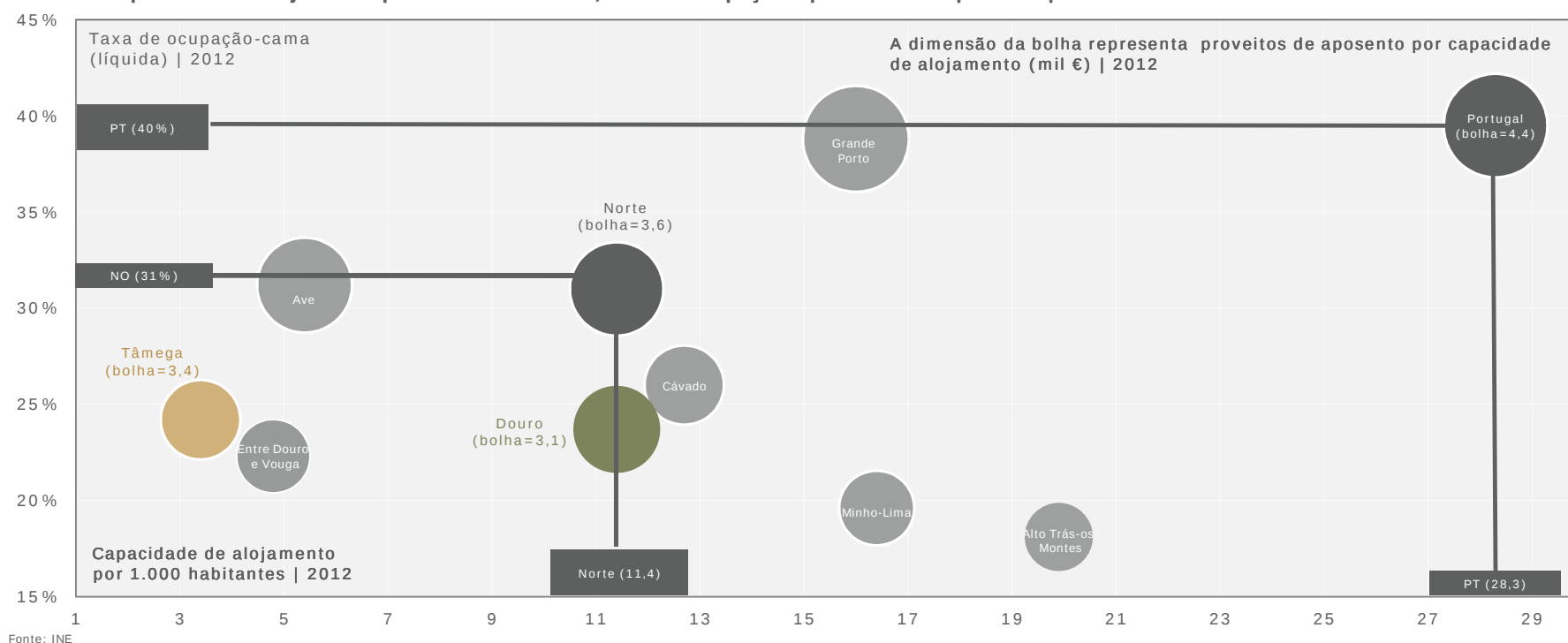
Oferta e procura turística

- O Douro possui uma reduzida especialização no setor turístico relativamente à NUT II Norte e ao país. **O Douro é a segunda sub-região do Norte com o maior nível de sazonalidade** (cerca de 40% das dormidas ocorrem entre Julho e Setembro), o segundo território com menor **permanência dos turistas (estada média de 1,8 dias)** e o segundo destino menos internacional (17%).
- A região Douro possui uma **menor capacidade de alojamento por 1.000 hab.**
 - situando-se na ordem das 11 camas/ 1.000 hab. face a 28 camas/ 1.000

hab. no quadro nacional, bem como uma das taxas de ocupação mais baixas (24%), quando cruzado com a região Norte (31%) e Portugal (40%).

- No que respeita aos proveitos de aposento, por capacidade de alojamento, o Douro (3,1) apresenta valores abaixo do referencial da NUT Norte (3,5) e do país (4,4).

Gráfico - Capacidade de alojamento por 1.000 habitantes, taxa de ocupação e proveitos de aposento | 2012

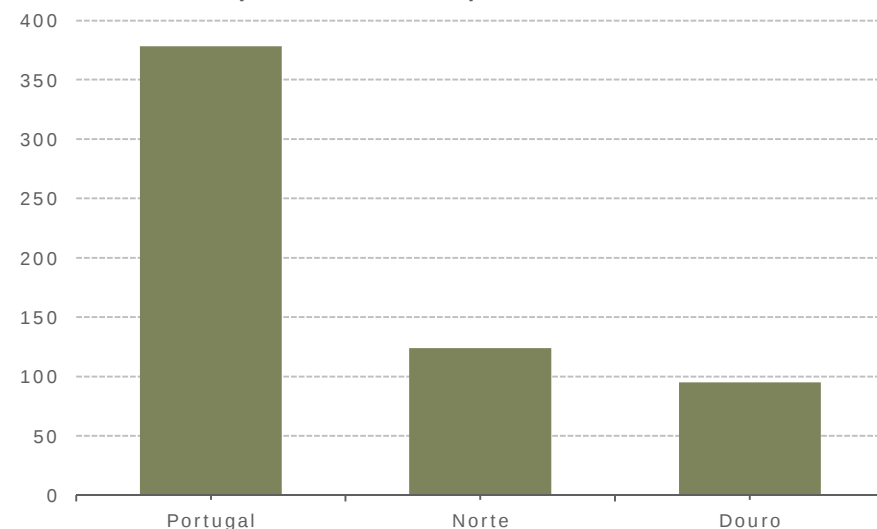


d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Oferta e procura turística

- O número de **dormidas por 100 habitantes no Douro é de 95**. Estes valores encontram-se expressivamente abaixo dos referenciais do país (380) e da região Norte (124).
- Estes valores demonstram o padrão territorial associado com a dimensão física das unidades turísticas e hoteleiras da região que se assume inferior ao das regiões mais dinâmicas do ponto de vista turístico. A dimensão de ocupação associada a uma extensa rede de unidades turísticas de pequena dimensão, assentes num território de matriz rural, nomeadamente centrada em poucos quartos, reforça este valor, bem com a ótica centrada no ordenamento do território que induz um padrão de algumas restrições em termos de ocupação e transformação do solo.
- A estrutura da oferta, por tipologia, no Douro revela um alinhamento,

Gráfico - Dormidas por 100 habitantes | 2012

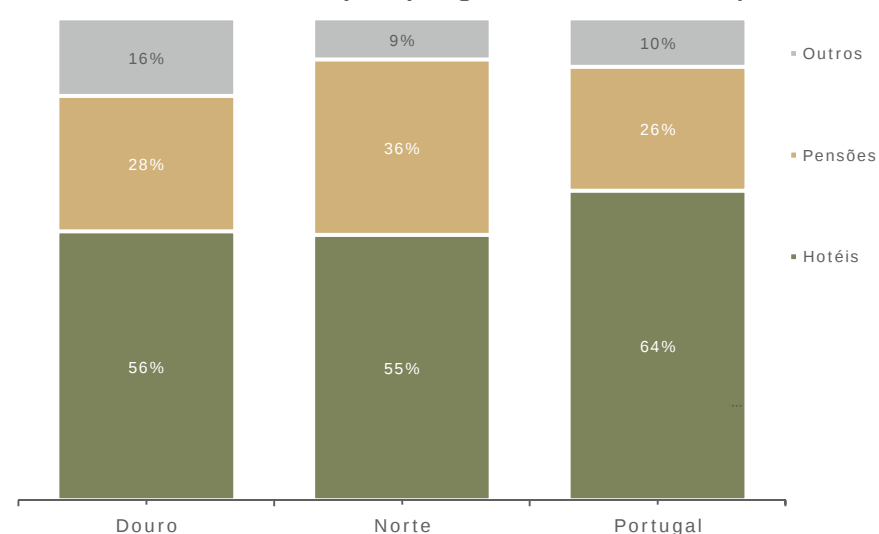


Fonte: INE

grosso modo, com o constatado na NUT II Norte e em Portugal. Destacar, no entanto, o maior peso da tipologia “outros” – onde se enquadram os estabelecimento de turismo de pequena escala, como o turismo rural e o agroturismo, assumindo valores de 6 pontos percentuais (p.p) acima do país e 7 p.p. acima da NUT II Norte.

- **A estruturação da oferta turística deverá respeitar os valores ambientais,** enquanto base fundamental **para a promoção de um território** que projeta a sustentabilidade, enquadrando projetos de menor escala e dimensão nas áreas de génese rural, sendo cumulativamente possível a implementação de projetos de maior dimensão em áreas urbanas estruturadas em termos urbanísticos para suportar investimentos de maior dimensão.

Gráfico - Estrutura da oferta por tipologia de estabelecimento | 2012



d) Diagnóstico da situação do território de incidência

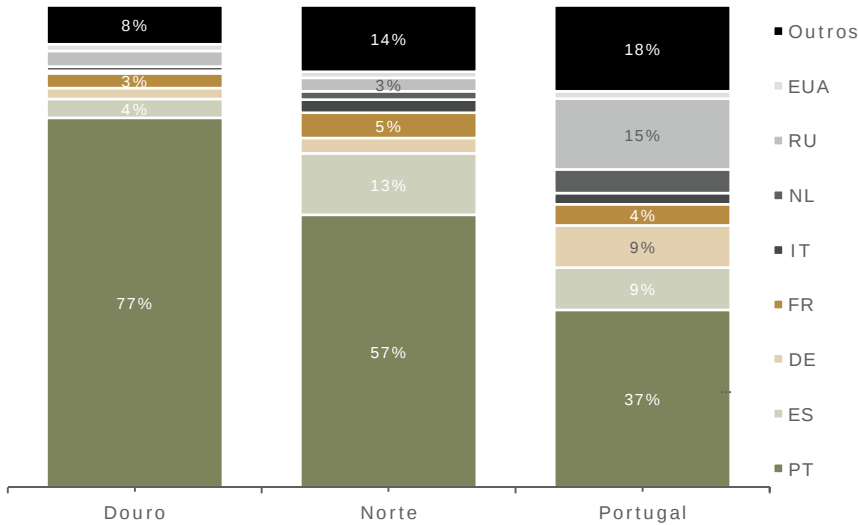
Oferta e procura turística

- Do ponto de vista da **procura** constata-se que a NUTS III Douro é mais procurada **por turistas nacionais**. Esta dinâmica é claramente contrária à constatada no país em que mais de 60% das dormidas são geradas por turistas internacionais. Uma análise mais fina, no que se reporta aos mercados emissores, permite constatar que o **principal mercado emissor de turistas para Portugal é o Reino Unido (15%)**, seguido de Espanha e Alemanha (ambos com 9%). No caso concreto da **NUTS III Douro constata-se que mais de 75% dos turistas são portugueses**, o que demonstra a ampla dependência destes território do mercado interno.
- No território da ABD existem 14 unidades hoteleiras classificadas, de acordo com dados oficiais do TPN E.R.T, de 2014. O concelho que capta o maior

número de unidades é Lamego (71%), ao qual é junta 81% dos quartos disponíveis neste território.

- No tocante aos estabelecimentos de turismo em espaço rural constata-se que o território da ABD possui 49 unidades registadas. Para este segmento regista-se um padrão de maior distribuição sob o território: 31% encontram-se em Lamego; 18% em Armamar, 13% em Moimenta da Beira e em Tabuaço e 9% em São João da Pesqueira e Tarouca.
- Destacar que deste conjunto de unidades de turismo em espaço rural 39% correspondem a casas de campo, 35% a estabelecimentos de agroturismo e 25% a estabelecimentos de turismo de habitação.

Gráfico 3.17. Origem das dormidas por país de residência | 2011



Fonte: INE

Quadro 3.5. Estabelecimentos hoteleiros e de turismo em espaço rural | 2014

	Estabelecimentos hoteleiros				Turismo no espaço rural			
	Unidades	Distribuição	Quartos	Distribuição	Unidades	Distribuição	Quartos	Distribuição
Armamar	1	7,1%	15	3,3%	8	17,8%	48	18,7%
Lamego	10	71,4%	374	81,8%	14	31,1%	75	29,2%
Moimenta da Beira	1	7,1%	34	7,4%	6	13,3%	27	10,5%
Penedono	0	0,0%	0	0,0%	2	4,4%	12	4,7%
São João da Pesqueira	0	0,0%	0	0,0%	4	8,9%	23	8,9%
Sernancelhe	1	7,1%	24	5,3%	1	2,2%	10	3,9%
Tabuaço	1	7,1%	10	2,2%	6	13,3%	37	14,4%
Tarouca	0	0,0%	0	0,0%	4	8,9%	25	9,7%
Território ABD	14	100%	457	100%	45	100%	257	100%

Fonte: Turismo do Porto e Norte E.R.T

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Conjunto de recursos e ativos baseados no suporte físico do território

Imagem - Ativos territoriais materiais e imateriais do território da ABD



Fonte: AMA

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Agricultura

- O território da ABD, no ano de 2009, possuía cerca de 9.000 explorações agrícolas, menos 19% do que no ano de 1999. No contexto da ABD, os concelhos que possuíam maior número de explorações agrícolas eram: São João da Pesqueira (1.851), Lamego (1.551) e Tabuaço (1.129). Verifica-se que todos os concelhos da ABD registam uma diminuição do número de explorações agrícolas, no período em análise (1991-2009), com destaque para Lamego que perde cerca de 25% das respetivas explorações.
- Uma análise à proporção do território afeto à Superfície Agrícola Utilizada (SAU) permite constatar que os concelhos que possuem uma matriz espacial mais ligada com o domínio agrícola são: São João da Pesqueira (49,2%), Armamar (38,7%) e Lamego (30,6%).
- Apesar da forte relação deste território com a atividade agrícola constata-se que no período de dez anos (1999-2009) existem concelhos onde se verificou um retrocesso em termos de investimento e aprofundamento, marcado pela diminuição dos solos afetos à SAU, com particular incidência no concelho de Moimenta da Beira (-24,5%). Apenas em três concelhos – Armamar (1,2%), São João da Pesqueira (3,7%) e Sernancelhe (3,1%) – registou-se um aumento da área afeta à SAU, facto que consolida a especialização associada à atividade agrícola. Em termos da estrutura das explorações é de **salientar a relevância das explorações compostas por uma área entre 1 a 5 hectares**. É importante destacar, ainda, o forte padrão de envelhecimento associado aos produtores agrícola, considerando que cerca de 66% desta população possui 55 ou mais anos.

Quadro - Estrutura das explorações agrícolas e produtores | 2009

	N.º de explorações agrícolas			Proporção de SAU (%)	Superfície Agrícola Utilizada (ha)				Estrutura das explorações				Produtores singulares e estrutura etária	
	1999	2009	Var. 1999-2009	2009	1999	2009	Var. 1999-2009	Inferior a 1ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	Superior ou igual a 20 há	N.º (2009)	55 e mais anos	
Armamar	1.279	1.107	-13,4%	38,7%	4.483	4.538	1,2%	22,9%	56,2%	18,2%	2,7%	1.072	62,2%	
Lamego	2.085	1.551	-25,6%	32,6%	6.161	5.395	-12,4%	31,1%	54,2%	13,0%	1,7%	1.514	69,0%	
Moimenta da Beira	1.295	1.015	-21,6%	19,2%	5.597	4.227	-24,5%	10,7%	65,1%	22,1%	2,1%	999	68,2%	
Penedono	718	627	-12,7%	25,9%	3.896	3.457	-11,3%	8,1%	57,7%	29,7%	4,5%	621	66,5%	
São João da Pesqueira	2.219	1.851	-16,6%	49,2%	12.635	13.105	3,7%	14,6%	54,5%	24,7%	6,3%	1.781	64,1%	
Sernancelhe	1.154	949	-17,8%	22,2%	4.924	5.077	3,1%	7,0%	65,8%	23,6%	3,7%	941	67,3%	
Tabuaço	1.303	1.129	-13,4%	30,6%	4.513	4.090	-9,4%	22,4%	63,4%	12,7%	1,5%	1.111	70,7%	
Tarouca	924	725	-21,5%	18,8%	2.186	1.883	-13,9%	19,4%	70,5%	9,8%	0,3%	718	69,4%	
Território ABD	10.977	8.954	-18,4%	30,6%	44.395	41.772	-5,9%	16,8%	62,2%	18,3%	2,6%	8.757	65,7%	
Norte	137.192	110.578	-19,4%	30,3%	673.555	644.027	-4,4%	14,7%	61,2%	20,3%	3,8%	108.912	70,4%	

Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Agricultura

- Em relação às **culturas agrícolas permanentes** verifica-se que os concelhos da ABD que possuem maior produção afeta a este tipo de cultura são: São João da Pesqueira (38%), Armamar (14%), Lamego (13%) e Tabuaço (12%).
- É possível constar que **a vinha possui um peso expressivo (51%)**, facto que demonstra o papel relevante da viticultura na região do Douro e no território da ABD. As restantes culturas possuem uma expressão inferior à vinha, como é o caso do **Olival (19%)**, **os Frutos de Casca Rija (15%)** e **os Frutos Frescos (13%)**.
- No contexto específico da Vinha, constata-se que existem concelhos com maior relação a este subsector do que outros – como por exemplo Lamego (71%), São João da Pesqueira (65%), Tabuaço (58%) e Armamar (45%). Por outro lado, no caso dos **frutos frescos destaca-se, claramente, Moimenta da Beira (47%) e Armamar (34%)**; Nos Frutos de Casca Rija, os concelhos de Penedono (72%) e Sernancelhe (48%); No que respeita ao Olival destaca-se Tabuaço (31%).
- No tocante às **culturas temporárias os concelhos de Moimenta da Beira (28%) e Sernancelhe (24%)** são os que mais contribuem para os limiares de produção do território da ABD. As culturas forrageiras (prados temporários semeados e espontâneos, para corte e ou pastoreio e por um período inferior a 5 anos), correspondem a cerca de 60% da produção total, com particular relevância nos concelhos de São João da Pesqueira (mais de 80%), Moimenta da Beira (75%) e Sernancelhe (62%). No caso concreto dos cereais para grão, a que corresponde 24,5% das culturas temporárias, destaca-se o concelhos de Penedono (51%).

Quadro - Dinâmica das culturas agrícolas (temporárias e permanentes) | 2009

	Culturas permanentes					Culturas temporárias					
	Proporção da produção total da ABD	Frutos frescos (exceto citrinos)	Frutos de casca rija	Olival	Vinha	Outras culturas	Proporção da produção total da ABD	Cereais para grão	Culturas forrageiras	Batata	Outras culturas
Armamar	14,3%	34,3%	3,7%	15,3%	45,2%	1,5%	1,4%	9,5%	24,3%	59,5%	6,8%
Lamego	12,8%	19,3%	2,5%	6,6%	71,2%	0,4%	5,1%	21,0%	45,5%	17,9%	15,6%
Moimenta da Beira	5,1%	47,4%	18,5%	17,8%	16,0%	0,2%	31,5%	15,8%	75,5%	7,0%	1,6%
Penedono	7,0%	4,0%	72,4%	16,8%	6,4%	0,3%	8,0%	51,1%	35,3%	13,3%	0,2%
São João da Pesqueira	38,0%	1,7%	9,9%	23,0%	65,2%	0,2%	15,8%	11,9%	83,8%	4,0%	0,3%
Sernancelhe	6,6%	14,6%	48,3%	12,8%	24,3%	0,1%	27,5%	21,0%	61,9%	11,9%	5,1%
Tabuaço	12,0%	3,7%	6,1%	31,1%	58,5%	0,6%	5,0%	30,3%	20,1%	43,3%	6,3%
Tarouca	4,3%	30,4%	13,8%	21,7%	24,8%	9,3%	5,6%	25,7%	59,2%	11,3%	3,9%
Território ABD	--	13,4%	15,1%	19,3%	51,3%	0,9%	--	20,9%	63,9%	11,8%	3,4%
Norte	--	4,3%	21,9%	34,8%	37,8%	1,1%	--	28,3%	61,7%	3,4%	6,6%

Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Pecuária

- Uma análise ao efetivo animal do território da ABD permite constatar que, entre os anos de **1991 e 2009, verificou-se uma diminuição expressiva do número de espécies (-44%)**, facto que demonstra a perda de relevância do setor da pecuária na região, dinâmica agravada por uma retração que se afigurou bastante superior aos referenciais médios da região agrícola de Trás-os-Montes (-25%) e do país (-18%).
- Não obstante esta dinâmica de retração constata-se que o território da ABD revela um padrão diferenciado em termos de peso do setor da pecuária. Com efeito, os **concelhos de Moimenta da Beira (30%), Sernancelhe (18%) e Penedono (13%)**, são os que apresentam maior dinamismo e expressão associada a este setor.
- Uma análise às espécies reconhece que a espécie **Ovinos representa cerca de 53% do efetivo animal** do território em estudo, seguido dos Caprinos (16,5%), Bovinos (14%) e Suínos (12%).
- Não obstante a significativa quebra no período de análise – com resultados globais de -44% - constata-se que a espécie Ovinos, apesar da quebra evidenciada (-21%) é a que sofre a menor retração no conjunto das várias espécies em análise, donde se destaca o efetivo da espécie Suínos que obteve uma diminuição média na ordem dos 76%, no território da ABD.
- Destacar a situação do efetivo de **Colmeias e Cortiços que no território da ABD sofreu uma quebra de cerca de 53%**, particularmente visível nos concelhos de Tabuaço (81%), Armamar (77%), Lamego e Tarouca (71%).

Quadro - Efetivo animal das explorações agrícolas e espécies | 1999-2009

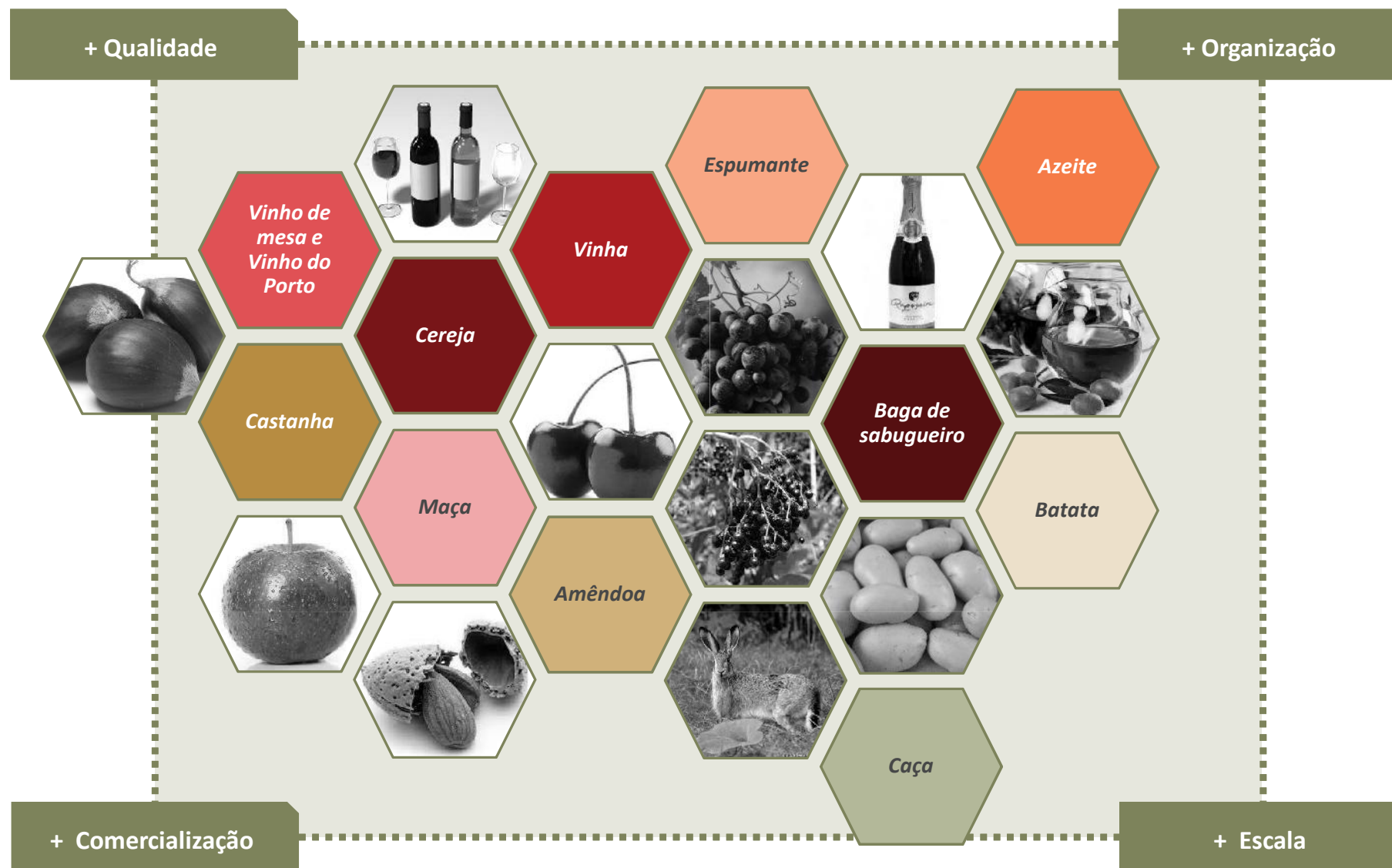
	Total* (exceto colmeias)		Proporção no total da ABD	Bovinos		Suínos		Ovinos		Caprinos		Equídeos		Colmeias e cortiços povoados	
	2009	Variação 1999/2009		2009	Variação 1999/2009	2009	Variação 1999/2009	2009	Variação 1999/2009	2009	Variação 1999/2009	2009	Variação 1999/2009	2009	Variação 1999/2009
Armamar	855	-30,1%	3,0%	10	-66,7%	149	-37,1%	519	24,5%	118	-65,8%	59	-69,6%	33	-76,9%
Lamego	3.211	-44,3%	11,5%	193	-57,9%	239	-82,5%	2.290	-25,9%	354	-42,3%	135	-43,8%	55	-71,2%
Moimenta da Beira	8.371	-26,5%	29,9%	2.186	-42,4%	2.290	24,3%	2.764	-26,4%	995	-39,3%	136	-62,6%	257	-31,6%
Penedono	3.757	-34,7%	13,4%	303	-23,1%	183	-63,5%	2.634	-24,9%	524	-49,5%	113	-63,2%	58	-74,0%
São João da Pesqueira	3.161	-48,5%	11,3%	57	-44,1%	83	-80,5%	1.985	-37,0%	889	-54,4%	147	-70,9%	840	-38,1%
Sernancelhe	5.017	-11,4%	17,9%	652	-20,5%	296	-69,9%	2.785	1,9%	1.068	67,4%	216	-55,8%	269	-51,5%
Tabuaço	1.631	-39,7%	5,8%	59	-63,1%	64	-90,4%	1.198	5,6%	175	-55,0%	135	-61,9%	105	-81,4%
Tarouca	2.030	-82,2%	7,2%	583	-37,3%	213	-97,5%	625	-34,5%	501	-18,0%	108	-53,8%	44	-70,9%
Território ABD	28.033	-44,0%	100,0%	4.043	-39,6%	3.517	-76,1%	14.800	-21,0%	4.624	-36,0%	1.049	-61,0%	1.661	-53,3%
Trás-os-Montes	430.821	-24,7%	--	64.502	-18,7%	24.008	-62,0%	269.726	-17,1%	57.006	-22,5%	15.579	-49,0%	38.885	-17,7%
Portugal	6.039.810	-18,3%	--	1.430.285	1,1%	1.913.161	-20,9%	2.219.639	-24,2%	420.711	-21,7%	56.014	-41,9%	195.596	-31,4%

Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Conjunto de recursos e ativos endógenos

Imagem - Ativos do “ciclo” dos recursos endógenos



Fonte: AMA

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Dinâmica urbana

- No tocante à dinâmica urbanística o território sofreu um **crescimento do número de edifícios (13%) e do número de alojamentos (15%)**, alinhado com o referencial médio do país (10%, nos edifícios e 15%, nos alojamentos).
- Não obstante este território demonstra internamente algumas diferenças. Os concelhos mais **dinâmicos são Tarouca (35%), Lamego (18,5%) e Armamar (15%)**. Estes valores reforçam, por um lado, a dinâmica mais direta da cidade de Lamego sobre uma área de polarização que agrega estes dois concelhos, afirmando-se, com efeito, como alternativas em termos do mercado habitacional, com valores acima do referencial da região Norte.
- Já no que se refere ao **alojamento secundário, impulsionado pela lógica turística de períodos mais curtos**, verifica-se que os concelhos mais

dinâmicos, em termos de crescimento, são **Moimenta da Beira (46%), São João da Pesqueira (43%) e Penedono (32%)**. Não obstante, os concelhos que possuem maior número de alojamentos secundários são Lamego (24% do total do território da ABD).

- No que respeita à **ocupação do solo os territórios** onde a dimensão urbana (territórios artificializados) sofreu maior aumento, entre 1990 e 2006, foram **Armamar (161%), Moimenta da Beira (53%) e Tarouca (41%)**. Paralelamente verifica-se que a “dimensão” agrícola também aumentou – em particular nos concelhos de Penedono (10%), Armamar (9%) e São João da Pesqueira (6%). O Crescimento das duas “dimensões” incidiu, no essencial, sobre solos florestais e outros meios naturais.

Quadro - Dinâmica urbanística e do edificado | 2001-2011

	Edifícios			Alojamentos			Alojamento secundário/ sazonal		
	2001	2011	Variação 2001-2011	2001	2011	Variação 2001-2011	2001	2011	Variação 2001-2011
Armamar	4.188	4.780	14,1%	4.303	4.943	14,9%	1.395	1.710	22,6%
Lamego	10.617	12.395	16,7%	13.818	16.379	18,5%	3.575	4.359	21,9%
Moimenta da Beira	6.616	6.950	5,0%	7.146	7.810	9,3%	2.298	3.356	46,0%
Penedono	2.608	2.568	-1,5%	2.663	2.631	-1,2%	918	1.207	31,5%
São João da Pesqueira	4.765	5.278	10,8%	5.012	5.564	11,0%	1.365	1.951	42,9%
Sernancelhe	3.960	4.362	10,2%	4.080	4.488	10,0%	1.499	1.845	23,1%
Tabuaço	3.911	4.210	7,6%	4.129	4.432	7,3%	1.288	1.424	10,6%
Tarouca	4.647	6.096	31,2%	5.155	6.939	34,6%	1.828	2.367	29,5%
Território ABD	41.312	46.639	12,9%	46.306	53.186	14,9%	14.166	18.219	28,6%
Douro	110.307	119.390	8,2%	127.070	140.276	10,4%	36.193	44.956	24,2%
Norte	1.100.329	1.209.830	10,0%	1.613.781	1.850.813	14,7%	255.800	324.479	26,8%

Fonte: INE e DGT

Quadro - Ocupação do solo | 1990-2006

	Territórios artificializados	Áreas agrícolas e agroflorestais	Florestas e meios naturais	Corpos de água
Variação da ocupação do solo entre 1990 e 2006				
Armamar	161,3%	9,0%	-11,3%	0,0%
Lamego	32,6%	-0,4%	-0,6%	0,0%
Moimenta da Beira	52,6%	2,2%	-2,5%	0,0%
Penedono	31,0%	10,3%	-7,8%	--
São João da Pesqueira	9,2%	6,3%	-10,5%	0,0%
Sernancelhe	15,7%	1,2%	-0,6%	0,0%
Tabuaço	37,4%	4,3%	-4,6%	0,0%
Tarouca	41,2%	0,3%	-1,3%	--
Território ABD	37,5%	3,8%	-4,1%	0,0%

	Variação superior a 40%
	Variação inferior a 0%

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

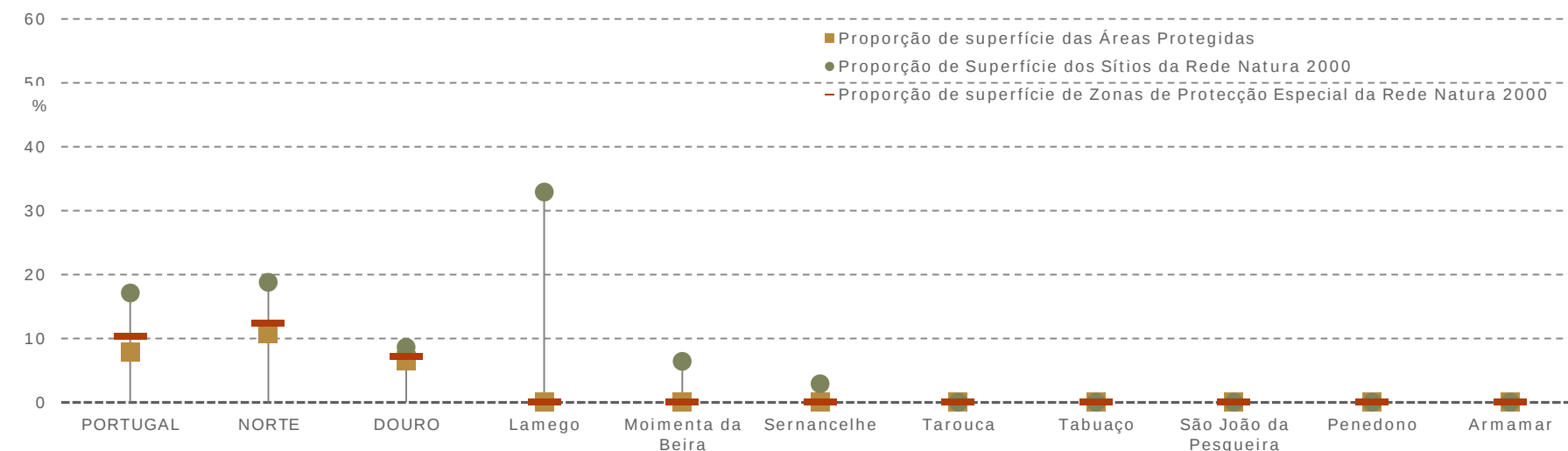
Valores e recursos ambientais

- O território da ABD é extremamente rico em termos ambientais, paisagísticos e ao nível de biodiversidade. **Parte deste território encontra-se inscrito como Património Mundial (UNESCO, 2001)**, considerando a relação unívoca existente entre a atividade vitícola e a paisagem humanizada e viva que foi sendo moldada, ao longo dos séculos, pela ação dos homens. A Região Demarcada do Douro (RDD) integra quatro concelhos da ABD: São João da Pesqueira, Tabuaço e Armamar (da sub-região Cima Corgo) e Lamego (da sub-região Baixo Corgo).
- Do ponto de vista das diretrizes ambientais destaca-se a presença da Rede Natura 2000 (RN2000), nomeadamente **da Serra de Montemuro (PTCON002) e o Rio Paiva (PTCON005)**. Na área envolvente ao território da ABD destacam-se ainda outros valores da RN2000 como é o caso das Serras

da Freita e Arada (PTCON004), na vertente sul, e o Alvão/Marão (PTCON000), na vertente norte.

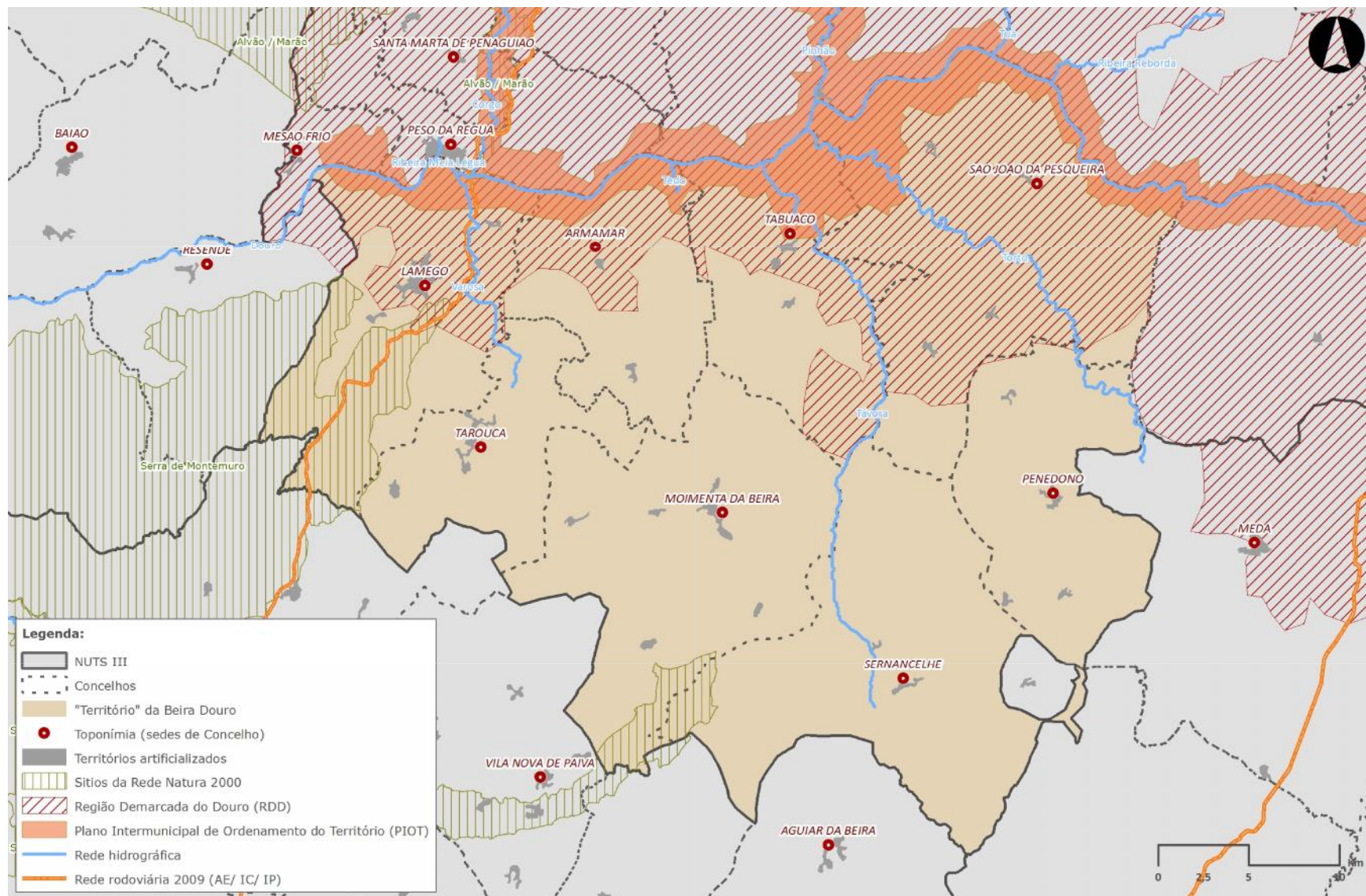
- Ao nível concelhio a proporção **de território afeto à RN2000 é superior a 30% no concelho de Lamego**. No caso de Moimenta da Beira 6% e em Sernancelhe 3%. Nos aspetos associados ao planeamento e ordenamento do território, e não obstante as políticas definidas no âmbito do Planos Diretores Municipais (PDM) de cada concelho, importa salientar que os **concelhos de São João da Pesqueira, Tabuaço, Armamar e Lamego encontram-se integrados na área de intervenção do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT) do Alto Douro Vinhateiro (RCM n.º 150/2003, de 22 de Setembro)**, instrumento que se encontra, à data, em fase de revisão.

Gráfico - Diretrizes e valores ambientais e paisagísticos | 2013



d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Ambiente e recursos naturais



Mapa - Região Demarcada do Douro e Rede Natura 2000

Fonte: AM&A com base em Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

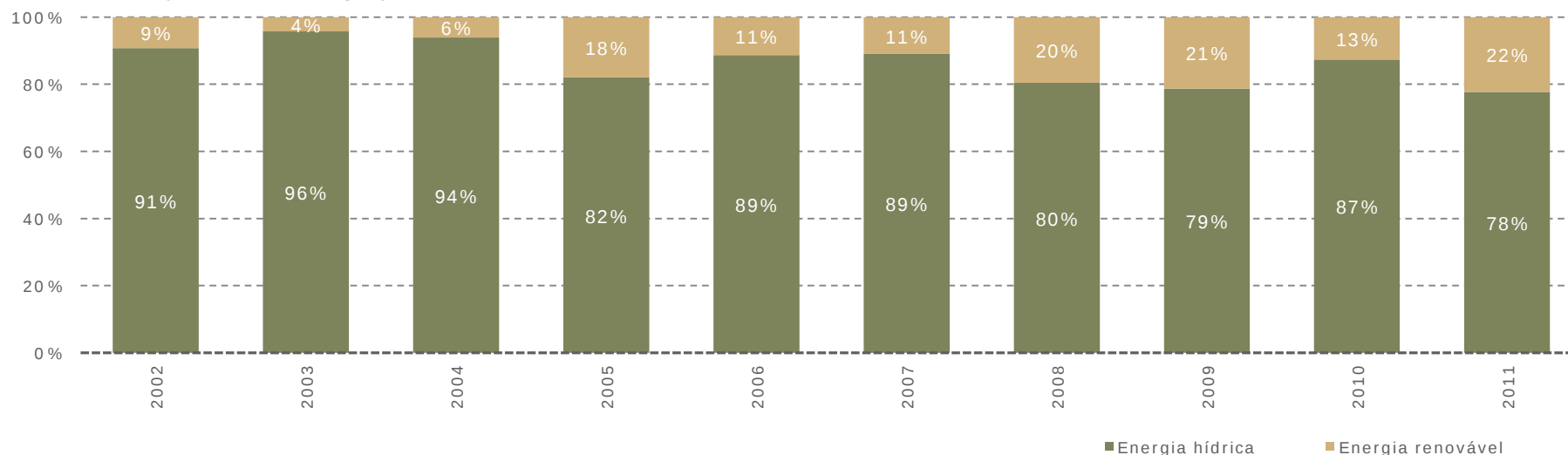
Valores e recursos ambientais

- No que concerne à produção de energia constata-se que a NUT III Douro possui múltiplas oportunidades de desenvolvimento no domínio da produção de energia. Este conjunto de vantagens territoriais reforçam a possibilidade de serem desenvolvidos investimentos no domínio da eficiência energética, particularmente ao nível hídrico, eólico e fotovoltaico.
- Em 2001, o Douro produziu cerca de 5% da energia nacional e 14% da energia da NUT II Norte. Estes valores, para além de serem bastante expressivos, sobretudo quando comparados com o referencial da NUT II Norte, revelam o padrão de sustentabilidade energética e as potencialidades que a NUT III Douro detém para a produção de energia de origem renovável.
- O volume de produção bruta de energia na NUT III Douro aumentou

substancialmente entre 2002 e 2011 (cerca de 82%), tendo a energia hídrica aumentado em cerca de 52%.

- Destacar que a produção das restantes fontes renováveis (onde se inclui a energia eólica e fotovoltaica) triplicou entre 2002 e 2011, facto que é demonstrativo do potencial ligado a este segmento, em particular, da energia eólica.

Gráfico – Produção bruta de energia | 2002-2011



Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

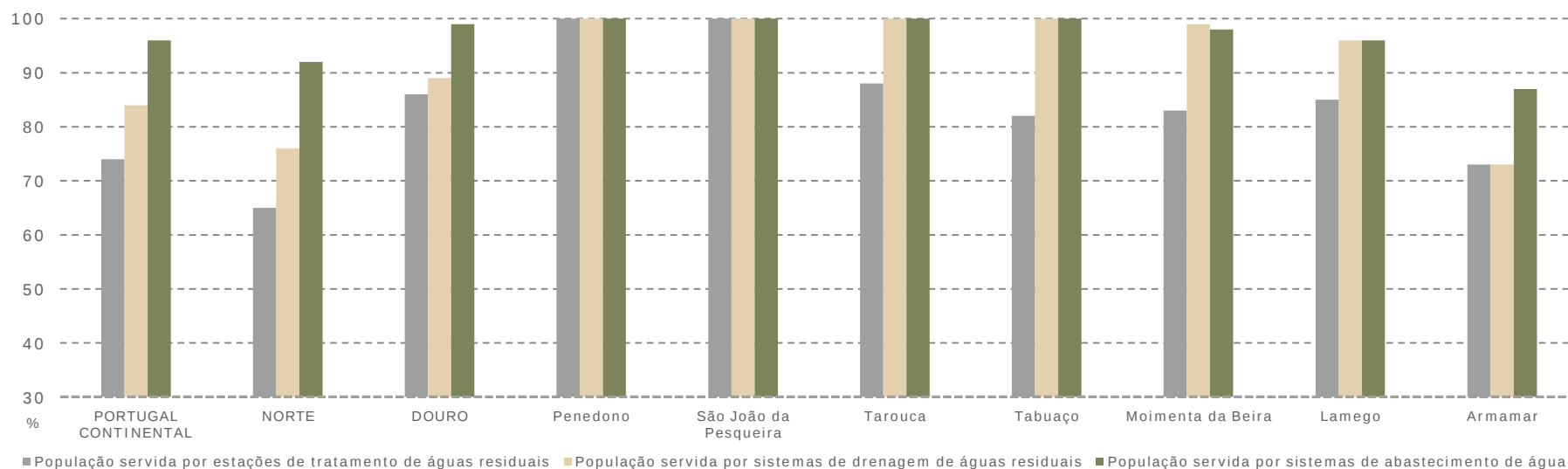
Ambiente e recursos naturais

- Um território com as características biofísicas do Douro deve primar pela aposta na qualificação ambiental como suporte da qualidade de vida e de uma estratégia de sustentabilidade de longo prazo. **Os valores ambientais e paisagísticos devem ser preservados e conservados constituindo-se como a bandeira de um território “amigo do ambiente”** e classificado como património mundial pela UNESCO.
- Na perspetiva associada com as infraestruturas ambientais constata-se que:
 - No que respeita à população servida por estações de tratamento de águas residuais a esmagadora maioria dos concelhos que compõem a **ABD possuem níveis de cobertura acima do referencial do país (74%) e da região Norte (65%)**. Neste âmbito destaca-se claramente a performance dos concelhos de **Penedono e de São João da Pesqueira que possuem níveis de cobertura de**

100%. Já Lamego, Moimenta da Beira, Tabuaço e Tarouca evidenciam um patamar de cobertura superior a 80% da população.

- No tocante à população servida por **sistema de drenagem de águas pluviais** verifica-se um grau de cobertura bastante satisfatório – **com seis concelhos a evidenciarem níveis de cobertura acima dos 95%** (entre os quais quatro com cobertura de 100%), como é o caso de Penedono, São João da Pesqueira, Tarouca, Tabuaço, Moimenta da Beira e Lamego. Estes valores ultrapassam os referenciais do país, da região Norte e da sub-região do Douro.
- No indicador população servida por **sistema de abastecimento de água** constata-se que a esmagadora maioria dos concelhos revelam **níveis de cobertura acima dos 95%**. Neste caso há um alinhamento com o grau de cobertura patente no quadro nacional e regional.

Quadro - População servida por infraestruturas ambientais | 2009



Fonte: INE

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Ativos culturais e do património

- No que respeita ao património arquitetónico verifica-se que **o território da ABD possui 96 imóveis classificados pelo IGESPAR**. A esmagadora maioria deste património corresponde à categoria Monumentos (cerca de 84%). No que respeita à categoria de proteção constata-se que cerca de 77% corresponde a Imóveis de Interesse Público. O território da **ABD possui cerca de 8% dos bens imóveis classificados na região Norte**, facto que demonstra a relevância e a riqueza da região e, no fundo, as oportunidades estratégicas em termos de atração turística e de visitação. Os concelhos que apresentam **maior densidade de património são: Lamego (27), Tabuaço (19), Sernancelhe (13) e Tarouca (11)**.
- No que concerne aos monumentos nacionais verifica-se que a maioria

corresponde a património religioso, entre o qual se destaca a **Sé de Lamego**, o **Convento de São João de Tarouca**, as **Igrejas Matriz de Santa Marinha de Trevões**, entre outros. Na classificação Conjunto de Interesse Público está a Igreja Paroquial de Meijinhos (Lamego), como Monumento de Interesse Público o Paço da Loba (Sernancelhe) e a Capela de São Sebastião (Tabuaço).

- O território da ABD possui toda **uma rede de elementos arquitetónicos e de infraestruturas de interesse**, tais como: património civil (pontes, ruínas), exemplares românicos, elementos arqueológicos (dolmens, cromeleques, conjuntos megalíticos e estações), pelourinhos de elevado simbolismo histórico, castelos (o caso de Penedono) e vilas medievais.

Quadro - Bens imóveis culturais | 2011

	Categoria de bens imóveis (nº)			Categoria de proteção (nº)			Total	Proporção no contexto da região Norte (%)
	Monumentos	Conjuntos	Sítios	Monumentos nacionais	Imóveis de interesse público	Imóveis de interesse municipal		
Armamar	8	1	-	1	8	-	9	0,7%
Lamego	25	2	-	4	21	2	27	2,2%
Moimenta da Beira	7	1	-	1	7	-	8	0,7%
Penedono	3	-	1	2	2	-	4	0,3%
São João da Pesqueira	3	2	-	1	3	1	5	0,4%
Sernancelhe	12	1	-	-	12	1	13	1,1%
Tabuaço	14	4	1	1	13	5	19	1,6%
Tarouca	9	2	-	3	8	-	11	0,9%
Território ABD	81	13	2	13	74	9	96	8,0%
Douro	244	24	46	65	228	21	314	26,1%
Norte	876	137	190	293	817	93	1.203	100%
Portugal	2.897	480	468	828	2.318	699	3.845	-

Fonte: INE e IGESPAR

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Ativos culturais e do património

Imagem - Ativos patrimoniais e classificados do território da ABD



Fonte: AMA

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Análise SWOT: pontos fortes e pontos fracos

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
- o Posicionamento geoestratégico favorável, em particular nas relação com a Área Metropolitana do Porto, região Centro, Trás-os-Montes e Espanha - o Atividade vitivinícola e a sua projeção nacional e internacional - o Investimentos ligados com o setor agroindustrial, turismo de natureza e agroturismo - o Ações de modernização desenvolvidas no âmbito do setor agroalimentar - o Presença de elementos físicos estruturantes – o Rio Douro e restante rede hidrográfica de elevado valor - o Presença de um território classificado como Património Mundial, pela UNESCO – Alto Douro Vinhateiro - o Produtos agrícolas de excelente qualidade e reconhecidos à escala nacional e internacional - o Oferta turística direcionada para um mercado de menor escala e de maior integração com o território envolvente - o Investimentos desenvolvidos no âmbito da revitalização qualificação urbana em áreas urbanas de pequena e média dimensão	- o Envelhecimento demográfico - o Dificuldade em fixar e reter população jovem - o Envelhecimento da população ligada ao setor agrícola - o Atrair e fixar população qualificada e especializada em áreas de interesse regional - o Assimetrias sociais e aumento da pobreza e exclusão social - o Aumento do desemprego de longa duração - o Nível habilitacional da população residente e elevada taxa de insucesso e abandono escolar - o Densidade institucional e progressiva diminuição de órgãos ligados com o setor público - o Número de unidades de transformação - o Atomização da estrutura empresarial local - o Degradação associada à rede viária - o Cobertura dos transportes públicos - o Implementação de modelos de cooperativos ligados com a organização da produção dos recursos endógenos - o A articulação associada ao turismo fluvial e a rede de operadores e agentes económicos existentes nas margens - o Ausência de um plano diretor para a sinalética turística

d) Diagnóstico da situação do território de incidência

Análise SWOT: oportunidades e ameaças

O P O R T U N I D A D E S	A M E A Ç A S
- o Consolidação gradual associada à marca Douro - o Via navegável do Douro como um recurso “chave” para o desenvolvimento - o Potencial associada ao enoturismo, agroturismo, turismo aventura e turismo de saúde - o Integração em redes turísticas transnacionais - o Desenvolvimento de ações ligadas à promoção externa, nomeadamente relacionadas com mercados emergentes - o Desenvolvimento de investimentos ligados com a economia social e a novas estruturas de apoio à população idosa e carenciada - o Experiência e conhecimentos da população mais idosa, ligada ao desenvolvimento dos setores tradicionais, como “anfitriões” do território - o Existência de um conjunto de Instrumentos de Gestão Território (IGT) fundamentais à correta gestão e valorização do potencial do território - o Proximidade face ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e ao Porto de Leixões - o Potencial de projetos associados à eficiência energética e energia renováveis - o Medidas de “discriminação positiva” enquanto base fundamental para a atratividade dos territórios do interior - o Novo período de programação estrutural de base comunitária - o Calendário de eventos culturais locais	- o Diminuição da taxa de natalidade - o Insuficiente atratividade residencial e empresarial enquanto fator de progressiva diminuição do efetivo demográfico - o Crescimento da dinâmica do desemprego - o Dificuldade em atrair jovens para a frequência dos estabelecimentos de ensino profissional e superior - o Conflitos associadas à valorização económica e a pressão sobre os recursos naturais e paisagísticos e consequente necessidade de promover a preservação do “bem” - o Concorrência dos mercados externos, em particular, no que se reporta a setores específicos como a vitivinicultura e perecíveis - o Abandono do cultivo dos solos - o Abandono progressivo das atividades de exploração agrícola - o Perda do <i>know how</i> associada à produção de produtos locais - o Esvaziamento progressivo de funções ligadas com serviços/equipamentos de administração pública - o Dificuldade em promover a manutenção física da rede de equipamentos e infraestruturas existentes, para as quais não existe procura - o Adiamento ligado ao desenvolvimento de infraestruturas rodoviárias essenciais ao desenvolvimento económico e social - o Dificuldades de acesso a incentivos de política pública por razões “administrativistas”, procedimentos concursais e prazos de pagamento

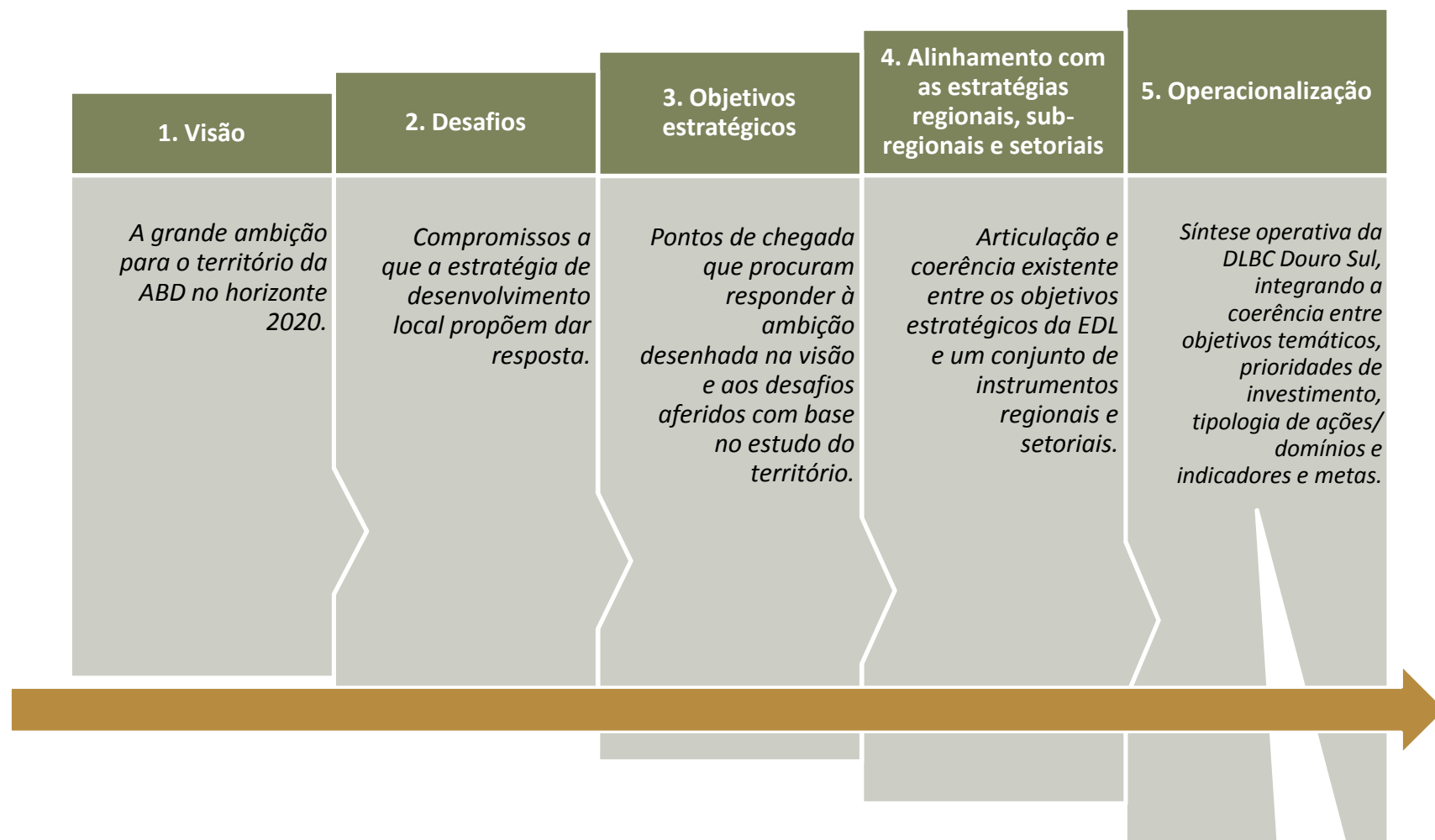
e) Proposta de estratégia e
resultados esperados

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- A Associação Beira Douro (ABD) **atenta aos cenários de mudança** que atravessam o país e a região, e aos desafios que estão colocados para um horizonte de intervenção 2020, reconheceu a necessidade de lançar um **processo de auscultação e participação** que nos permite, no âmbito da resposta ao Aviso de Concurso, delinear, nesta fase, as **linhas orientadoras e o quadro de referência da macro estratégia**.
- Hoje, **os problemas e as respetivas propostas de solução** são demasiado complexas e importantes que **não permitem que a leitura do presente** e a projeção do futuro estejam centradas **só na legitimidade dos decisores políticos e técnicos especializados**.
- **A participação e a implicação de novos atores e cidadãos**, assim como a **cooperação e a concertação**, são fatores que determinam, em grande medida, o sucesso ou insucesso das propostas de desenvolvimento integrado e sustentável de um território.
- A ABD reconhece que a construção e a concretização de uma Estratégia de Desenvolvimento Integrado se apoiam num compromisso em torno de **uma estratégia** (numa perspetiva de médio prazo, uma visão de futuro, um rumo, uma filosofia de ação refletindo uma vontade de orientar o próprio destino) um **projeto de desenvolvimento** onde as ações e operações de âmbito qualitativo e quantitativo, funções de gestão e de governação, estão presentes) mas em **cooperação e parceria** (em torno dos objetivos a alcançar, repartição dos custos e os benefícios e corresponsabilização em todas as fases) e com uma **dinâmica social** (enquanto condição para a concretização das ações concretas e dos seus benefícios).
- Em coerência com os anteriores **pressupostos a ABD apresenta as bases da EDL - Estratégia de Desenvolvimento Local do território Vale do Douro** suportada num **diagnóstico prospetivo e num processo de participação** alargada, onde os vários atores **tiveram voz ativa** e contribuíram de forma empenhada para ser possível, nesta fase, avançar para o desenho de um quadro de referência estratégico para a área de intervenção.
- De seguida apresentamos o **esquema conceptual** a partir do qual se estrutura a abordagem relativa ao ponto e) Proposta de estratégia e resultados esperados, trata-se do desdobramento metodológico utilizado.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Imagem – Esquema conceptual de desenvolvimento estratégico e operativo da DLBC Rural do Douro Sul



Fonte: AMA

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

1. VISÃO PARA A DLBC RURAL DO DOURO SUL

- O território do Douro Sul, enquanto território de baixa densidade e forte predominância de fatores de ruralidade, ao nível dos produtos endógenos, valores e costumes, tecido empresarial atomizado, ameaçado pelo despovoamento e pela exclusão social, enfrenta desafios de elevada dimensão.
- O GAL Beira Douro, enquanto entidade líder e com experiência acumulada, propõe-se a combater estes deficits e “puxar” o território “para cima”, envolvendo e implicando, no processo de desenvolvimento e execução da estratégia de desenvolvimento local, os parceiros “motor”, no sentido de projetar para 2023 o Vale do Douro Sul.

VISÃO:

*“O Vale do Douro Sul um território **inclusivo e solidário**, que reduz as assimetrias sociais através da **promoção do empreendedorismo, da inovação social e criação de emprego**, que se organiza e coopera em torno da transformação e comercialização dos seus produtos endógenos e se **aproxima dos índices médios de crescimento e desenvolvimento da região Norte**”.*

2. DESAFIOS

- As orientações nacionais (Acordo de Parceria) e as orientações europeias para o próximo período de programação estrutural (PT2020), colocam as intervenções do Desenvolvimento Local de Base Local, no âmbito da Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial e, na continuidade das boas experiências Leader, num patamar de particular relevância para a “promoção dos territórios específicos, na concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendimento e na criação de postos de trabalho”(Aviso nº 02/2014,16.11.2014).
- Nestes pressupostos, e em sintonia e coerência com as Linhas Orientadoras do Programa Operacional Norte 2020 e a Estratégia de Desenvolvimento Integrado do Douro (NUT III), **é possível apontar os grandes desafios que estão colocados para o território de intervenção** (e para os territórios de baixa densidade em geral) no horizonte de 2014-2020.

DESAFIOS:

“Combater o abandono da população das zonas rurais e os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social através da diversificação do tecido empresarial e das bases produtivas locais, do empreendedorismo, da promoção do emprego (sustentável e com qualidade), e da promoção da inovação social”

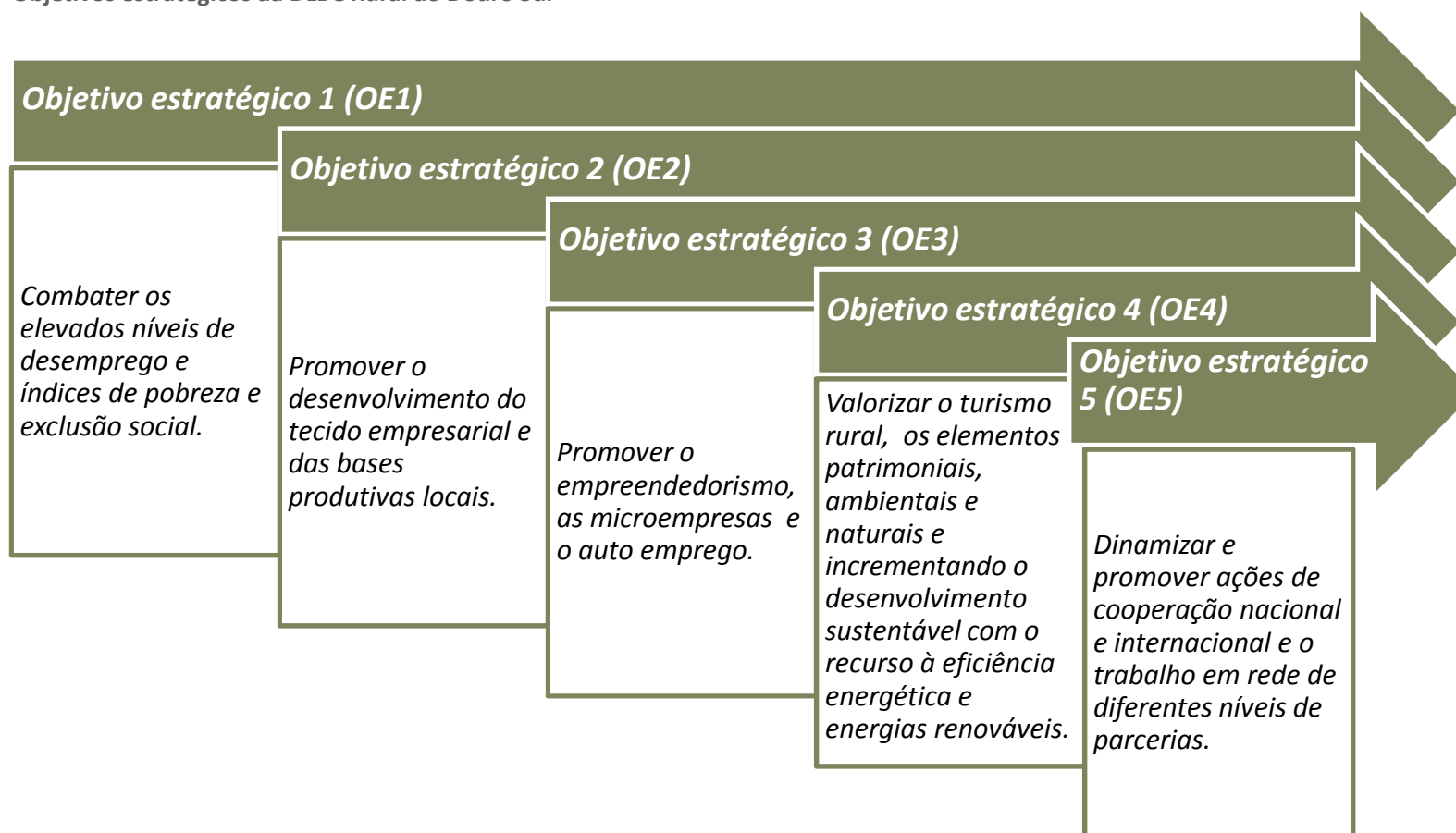
3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- A definição de objetivos estratégicos realizáveis e mensuráveis (ao nível qualitativo e/ou quantitativo), como projeções de vontades e desafios que se desejam concretizados, colocam a necessidade de ter como horizonte de orientação as realidades do território, os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, e os instrumentos de ação (capital humano, ativos físicos e recursos financeiros, capacidade de gestão e governação).
- Os objetivos estratégicos, que vão servir de orientação para a seleção das ações/projetos e dos instrumentos de intervenção, com vista à concretização dos desafios de partida, que foram assumidos, encontram-se alinhados com os objetivos temáticos e as prioridades estabelecidas, no âmbito do Acordo de Parceria, no PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), no POR Norte e na estratégia da NUT III, com as situações de especificidade que o território de intervenção apresenta.
- Neste contexto, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos da DLBC Douro Sul. De seguida apresenta-se o texto de enquadramento para cada um dos objetivos estratégicos, a saber:
 - **OE1.** Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social;
 - **OE2.** Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais;
 - **OE3.** Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego;
 - **OE4.** Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis;
 - **OE5.** Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Imagem – Objetivos estratégicos da DLBC Rural do Douro Sul



e) Proposta de estratégia e resultados esperados

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1. Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social

- Este objetivo orienta os vários caminhos e as várias ações que visam contribuir para o aumento do emprego. Este constitui um poderoso instrumento de combate às diferentes situações de desemprego (curta e longa duração, jovens e adultos) que a região atravessa e, simultaneamente, deve transformar-se na alavanca essencial de promoção da inclusão social e da redução da pobreza que as orientações europeias, o Acordo de Parceria PT2020 e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento do Douro, reconhecem como prioridades das prioridades.
- O envelhecimento das populações, deste território, e as dinâmicas demográficas associadas “obriga” à promoção de elevados esforços concertados para reverter a situação de fazer voltar ao mercado de trabalho (nas suas diferentes formas) jovens e adultos, em particular os desempregados de longa duração).
- A promoção e o desenvolvimento de iniciativas de apoio a pequenos negócios e a empresas, a diversificação de atividades agrícolas e novas formas de comercialização e os incentivos ao autoemprego e iniciativas de inovação social são caminhos, entre outros, que podem conduzir a região aos resultados esperados.

OE2. Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais

- A matriz rural, de baixa densidade, e a riqueza e potencial dos recursos endógenos, onde a vinha e o vinho, a fileira agroalimentar e a agricultura e silvicultura, são os pilares e a base económica de desenvolvimento da região, aconselham a que concretização deste objetivo se estruture em torno destes pressupostos de forma a inverter a situação, preocupante, gerando valor e crescimento para reduzir as assimetrias sociais e territoriais.
- Mas a inversão da situação passa, entre outras (onde os incentivos e apoios públicos de financiamento são de particular importância), pela resolução de problemas estruturais: organização, cooperação e estruturação da produção e comercialização.
- Acrescem, ainda, a dimensão das parcelas, a aposta na diversificação e densificação das cadeias produtivas. Para a concretização deste objetivo os atores (públicos e privados), aos diferentes níveis de responsabilidade, são chamados a um empenhamento redobrado onde o empreendedorismo ativo e inovador se transformem em fortes instrumentos de robustecimento empresarial e que permitam gerar riqueza e mais bem estar para a região.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE3. Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego

- Este objetivo tem como orientação central servir de “ignição” a iniciativas que concretizem um dos desígnios da região e do país: criar emprego
- As dinâmicas e formas de emprego e de empregabilidade, hoje, desenvolvem-se em torno do apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo na criação de empresas e no apoio à criação do próprio emprego. Estes caminhos só se concretizam com estratégias específicas e assentes nas realidades e recursos locais.
- A formação e qualificação, em especial dos jovens, para a implementação de projetos de inovação social são de particular importância para o combate ao desemprego e exclusão social.
- Mas só com políticas públicas consentâneas com especificidades de territoriais (como o caso em apreço), e com os diferentes atores do território, em particular as empresas e os empresários, devem estar disponíveis para um empenhamento e colaboração na procura de caminhos e soluções para concretizar este objetivo estratégico, é possível alcançar resultados favoráveis.

OE4. Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis

- Este objetivo orienta as ações e os projetos que, ao mesmo tempo que salvaguardam “o bem”, reconhecido como Património da Humanidade, devem contribuir para os resultados de crescimento no respeito pela sustentabilidade ambiental e territorial. Este pressuposto de partida, que todos os atores, aos diferentes níveis de responsabilidade, devem colocar nas suas agendas de compromissos.
- Os elevados recursos patrimoniais, culturais e ambientais, que associados a uma matriz identitária secular, remete para um desenvolvimento de caminhos de preservação e proteção, que qualifiquem o território e permitam a promoção de um turismo sustentável, “amigo” dos valores ambientais e do conforto do cliente, e que promove e se apoia na eficiência dos recursos, na eficiência energética e nas energias renováveis.
- O turismo da natureza, turismo aventura, cultural e religioso, assim como eventos associados à valorização económica do património cultural e da natureza são iniciativas que se orientam pelos caminhos que colaboraram para concretização do objetivo. O combate às alterações climáticas e o valor que algumas das aldeias representam, ainda hoje, para setores populacionais da região, implicam uma atenção e iniciativas coerentes para a sua valorização e defesa.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE5. Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias

- A concretização de este objetivo transversal, a todas as fases execução da estratégia, vai apoiar-se nas boas práticas e experiências “Leader” que importa aprofundar e fortalecer. A cooperação, a troca e partilha de experiências, a nível nacional e internacional, visam dar à ABD, e aos atores locais, novos conhecimentos e competências sobre “como e com quem” fazer. Estes recursos, “parceiros extraterritoriais”, são de particular importância quer na aquisição de novos saberes quer na promoção e cooperação do e com, o território de intervenção.
- As áreas temáticas, entre outras, que podem corporizar a cooperação intra e inter regional são:
 - Enoturismo;
 - Turismo cultural,
 - Dinamização e promoção conjunta de projetos locais;
 - Captação de investimento;
 - Valorização ambiental; e
 - Investigação aplicada à valorização dos produtos endógenos.
- A animação da estratégia de desenvolvimento onde os parceiros e os

processos de implicação e participação são fatores decisivos para concretização de objetivos e resultados. O trabalho em parceria e em rede devem ser predominantes no processo de desenvolvimento e execução da estratégia. Este reconhecimento é um fator crítico para a criação de valor nas iniciativas e nos impactos dos investimentos.

- Persistir na capacitação institucional é reconhecer que só há bons projetos e com bons resultados, com boas lideranças e gestores locais qualificados. Este caminho não deve ser interrompido, bem pelo contrário: reforçar competências, promover a participação alargada e ativa das populações e promover a cooperação nacional e transfronteiriça, são linhas de ação que ajudarão a concretizar este objetivo.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

4. ALINHAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS, SUB-REGIONAIS E SETORIAIS

- A abordagem estratégica desenvolvida pela ABD encontra-se amplamente integrada com um o quadro de instrumentos de política pública existentes para os território da NUT II Norte (POR Norte 2014-2020) e NUT III Douro (EIDT Douro 2014-2020).
- A ABD, conforme antes identificado, apresenta cinco grandes objetivos estratégicos para o próximo período de programação, objetivos esses que se afirmam realistas e próximos das dinâmicas e da necessidade que o território de intervenção revela (desde logo pelo processo de diagnóstico prospetivo e auscultação realizados) em termos sociais, económicos, culturais e ambientais.
- O processo de consolidação desta estratégia contou, com efeito, com a presença e o diálogo com um conjunto significativo de atores regionais de relevo, desde logo, a Comunidade Intermunicipal do Douro e os respetivos municípios (parceiros estratégicos) o que ajudou a consolidar e a formular uma matriz de abordagem estratégica ligada a setores e tipologias de intervenção prioritária.
- De seguida apresentamos um conjunto de quadros de relação entre os orientações estratégicas nacionais/ regionais e locais e os objetivos estratégicos formulados e consolidados pela ABD.
- Partindo deste quadro expomos alguma análise qualitativa que procura demonstrar a coerência e o alinhamento existente entre a EDL e as diferentes estratégias/ instrumentos analisadas.
- Para o efeito foram considerados os seguintes instrumentos de análise:
 - **O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020;**
 - **O Programa Operacional Regional do Norte 2020**, da CCDR Norte, que estabelece as grandes orientações estratégicas e programáticas para a NUT II Norte no próximo período de programação;
 - **A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (EIDTRD 2020)**, da Comunidade Intermunicipal do Douro, e que se circunscreve à totalidade do território da NUT III Douro e se afirma como o referencial estratégico da sub-região até ao horizonte de 2020;
 - **A Estratégia de Desenvolvimento para o Vale do Douro Sul**, desenvolvida pela Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, em 2013, e que integra a totalidade dos concelhos na zona de intervenção da ABD.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- No contexto do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020** importa destacar o seguinte quadro de relações:
- O objetivo estratégico (O1/EDL) “Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social” encontra-se interligado com o **objetivo estratégico 3 (PDR) – criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural**, em particular no que se reporta à necessidade melhoria da qualidade de vida das zonas rurais, por forma a fomentar as oportunidades de fixação dos mais jovens, combater o despovoamento e contrariar o fenómeno do envelhecimento.
- Conforme é referido na redação do PDR a necessidade assinalada enquadra-se na prioridade 6 – promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.
- O objetivo estratégico (O2/EDL) “Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais.” encontra-se relacionado com o **objetivo estratégico 1 (PDR) – Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura** nomeadamente com as necessidades identificadas de melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola, a renovação e reestruturação das explorações agrícolas. Igualmente com o **objetivo estratégico 3 (PDR) - criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural**, considerando a necessidade de diversificação da atividade económica e ainda a criação de condições de viabilidade da pequena agricultura.
- O objetivo estratégico (OE3/EDL) “Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego” encontra-se interligado com o **objetivo estratégico 3 (PDR) - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural**, tendo como referencia as necessidades identificadas de diversificação da atividade económica e a criação de viabilidade da pequena agricultura, como forma de fixação de pessoas e atividades.
- O objetivo estratégico (O4/EDL) “Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis” encontra-se articulado com o **objetivo estratégico 2 – promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos**, nomeadamente com as necessidades aumento da eficiência energética e, também, com o **eixo estratégico 3 – criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural** considerando a necessidade ligada à diversificação da atividade económica (onde se integra o turismo rural) e a necessidade de melhoria da qualidade de vida das zonas rurais (onde se encontram previstas respostas aliadas à preservação e valorização dos recursos naturais, paisagem e património local).
- O objetivo estratégico (O5/EDL) “Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias” possui um carácter transversal a todos os objetivos estratégicos referidos no contexto do PDR 2014-2020.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz de coerência e alinhamento de instrumentos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ABD	PDR 2020
OE1. COMBATER OS ELEVADOS NÍVEIS DE DESEMPREGO E ÍNDICES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural
OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS	Objetivo estratégico 1 – Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural
OE3. PROMOVER O EMPREENDEDORISMO, AS MICROEMPRESAS E O AUTO EMPREGO	Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural
OE4. VALORIZAR O TURISMO RURAL, OS ELEMENTOS PATRIMONIAIS, AMBIENTAIS E NATURAIS E INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM O RECURSO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS	Objetivo estratégico 2 - Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural
OE5. DINAMIZAR E PROMOVER AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E O TRABALHO EM REDE DE DIFERENTES NÍVEIS DE PARCERIAS	TRANSVERSAL

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- No contexto da abordagem estratégica da NUT II Norte efetuou-se o cruzamento dos objetivos estratégico da DLBC Douro Sul com o **Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020**, no sentido de aferir a sintonia e relação entre ambos os instrumentos.
- O objetivo estratégico (OE1/EDL) “Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social” encontra-se ligado com o **Eixo prioritário 6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores**, em particular com a prioridade de investimento 8.9 *“Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade”*, considerando a relação com o aumento da atratividade dos territórios de baixa densidade.
- Por outro lado, este mesmo objetivo (OE1/EDL) encontra-se também relacionado com o **Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza**, em particular com as prioridades de investimento 9.6 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”* e 9.10 *“(FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”*, considerando a ótica prevista no Programa Regional em promover Estratégias de Desenvolvimento Local, tendo em vista promover a inovação social e qualificar empresas que gerem empregos sustentáveis.
- O objetivo estratégico (OE2/EDL) “Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais” encontra-se ligado com o **Eixo prioritário 6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores**, nomeadamente com a prioridade de investimento 8.9 *“Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade”*, tendo por base a tónica associada à valorização dos recursos endógenos.
- Encontra-se ainda ligado com o **Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza**, nomeadamente com as prioridades de investimento PI 9.6 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”* e 9.10 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”*. Esta relação surge reforçada pela necessidade de aprofundar e diversificar as economias de base rural.
- O objetivo estratégico (OE3/EDL) “Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego” encontra-se ligado com o **Eixo prioritário 6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores**, em particular com a prioridade de investimento 8.9 *“Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade”*, tendo por base o reforço da base económica e o aumento da atratividade dos territórios de baixa densidade.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- Este objetivo estratégico encontra-se ainda fortemente ligado com **Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza**, nomeadamente com as prioridades de investimento 9.6 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”* e 9.10 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”*, considerando a tónica que estas prioridades detém no que concerne ao apoio ao empreendedorismo, criação de emprego e do próprio emprego nos territórios de baixa densidade.
- O objetivo estratégico (OE4/EDL) “Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis” encontra-se ligado com o **Eixo prioritário 4. Qualidade Ambiental**, em particular com a prioridade de investimento 6.3 *“Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”*, considerando o extenso património cultural que o território de intervenção possui nomeadamente o bem universal associado ao Alto Douro Vinhateiro (UNESCO), os valores associados à Rede Natura 2000 patentes no território de intervenção e, ainda, a tónica associada às potencialidades estratégicas que o segmento do turismo de natureza detém na região Douro.
- Destaca-se, ainda, a relação com o **Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza**, em particular com as prioridades de investimento 9.6 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”* e 9.10 *“Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária”*, considerando o papel que o turismo, o património e as oportunidades associadas à eficiência energética podem desempenhar, de forma conjunta, para a promoção e aumento da empregabilidade local.
- O objetivo estratégico (OE5/EDL) “Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias” possui uma relação transversal com todos os eixos prioritários identificados do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, fomentando as bases associadas à cooperação institucional à escala nacional e internacional.
- Destacar, ainda, que no final do ponto e) proposta de estratégia e resultados esperados, encontra-se a matriz operativa que estrutura a relação entre objetivos estratégicos, objetivos temáticos, prioridades de investimento e tipologias de ações.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz de coerência e alinhamento de instrumentos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ABD	PO NORTE 2020
OE1. COMBATER OS ELEVADOS NÍVEIS DE DESEMPREGO E ÍNDICES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	<i>Eixo prioritário 6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores</i> <i>Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza</i>
OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS	<i>Eixo prioritário 6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores</i> <i>Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza</i>
OE3. PROMOVER O EMPREENDEDORISMO, AS MICROEMPRESAS E O AUTO EMPREGO	<i>Eixo prioritário 6. Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores</i> <i>Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza</i>
OE4. VALORIZAR O TURISMO RURAL, OS ELEMENTOS PATRIMONIAIS, AMBIENTAIS E NATURAIS E INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM O RECURSO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS	<i>Eixo prioritário 4. Qualidade Ambiental</i> <i>Eixo prioritário 7. Inclusão Social e Pobreza</i>
OE5. DINAMIZAR E PROMOVER AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E O TRABALHO EM REDE DE DIFERENTES NÍVEIS DE PARCERIAS	TRANSVERSAL

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- Na relação dos objetivos estratégicos da ABD com a estratégia da NUT III Douro, para o novo período de programação, importa destacar:
- O objetivo estratégico (OE1/EDL) “Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social” encontra-se interligado com quatro eixos estratégicos da EIDT, considerando o seu caráter de transversalidade. Não obstante, neste âmbito, destaca-se a relação mais direta com a tónica da empregabilidade e empreendedorismo prevista no **Eixo 1) competitividade, conhecimento e inovação**, em particular na sua relação com o domínio do setor agroalimentar e de outras fileiras e ainda com o domínio do turismo e da visitação, enquanto setores potenciais da criação de emprego na região, bem como com o **Eixo 3) inclusão e coesão social** onde se encontram previstos objetivos concretos ligados ao “incremento do empreendedorismo e a economia social enquanto instrumentos para o aumento do emprego”, bem como a “redução de assimetrias sociais, através da promoção da inclusão ativa e a economia social”.
- O objetivo estratégico “Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais” relaciona-se diretamente com o **Eixo 1) competitividade, conhecimento e inovação** da EIDT considerando ênfase que se encontra centrada no vetor um desta eixo “desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena” e ainda o vetor dois “afirmação do turismo e da visitação”, a partir dos quais foram definidos objetivos como a “diversificar a base de atividades económicas da região”, “o reforço do associativismo regional”, “valorizar economicamente os recursos endógenos”, “projetar os produtos endógenos para os mercados nacionais e internacionais” e “consolidar um Douro como novo destino turístico e de visitação nacional”.
- Por outro lado, este objetivo estratégico relaciona-se com o **Eixo 2) sustentabilidade territorial**, nomeadamente no que se refere ao vetor um “proteção do ambiente, paisagem e valorização do património” e o vetor três “promoção da eficiência dos recursos energéticos”. Neste âmbito, destaca-se a pertinência de alguns objetivos previstos neste eixo como “promover a proteção e salvaguarda do bem associado ao Douro”, “potenciar a afirmação dos valores associados ao património mundial da humanidade” e “promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética”.
- No que concerne ao objetivo estratégico (OE1/EDL) “Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego” constata-se que este eixo relaciona-se, mais diretamente, com o **Eixo 1) competitividade, conhecimento e inovação** e com o **Eixo 3) inclusão e coesão social**, tendo necessariamente em consideração os objetivos da EIDT centrados em “aumentar a massa crítica do tecido empresarial”, “valorizar economicamente os recursos endógenos”, “transformar o turismo numa verdadeira alavanca ao serviço do desenvolvimento territorial”, “aumentar os efetivos e a base de competências dos recursos humanos” e “incrementar o empreendedorismo e a economia social como instrumentos do aumento do emprego”.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- Relativamente ao objetivo estratégico (OE4/EDL) “Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis” constata-se que este possui uma estreita e profícua relação com o **Eixo 1) competitividade, conhecimento e inovação**, nomeadamente com o vetor dois “afirmação do turismo e da visitação” e com o **Eixo 2) sustentabilidade territorial**, em particular com os vetores um “proteção do ambiente, paisagem e valorização do património” e o vetor dois “promoção da eficiência dos recursos energéticos”. Com efeito este eixo integra as questões de desenvolvimento ligadas com o turismo rural, o património (físico e natural) e a eficiência energética contribuindo para a realização de um conjunto de objetivos específicos previstos na EIDT como a “consolidar um Douro como um novo destino e de visitação nacional”, “reforçar a diferenciação e diversificação da cadeia de produtos turísticos”, “reforçar a proteção do extenso património natural e cultural”, “promover a proteção e salvaguarda do bem associado ao Douro”, “potenciar a afirmação dos valores associados ao património mundial da humanidade”, “promover a qualificação e o potencial associado ao património cultural e construído da região” e “promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética”.
- Quanto ao objetivo estratégico (OE5/EDL) “Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias” constata-se que este possui um carácter transversal sobre todos os eixos previstos da EIDT considerando a importância de desenvolver

ações de cooperação nos vários domínios identificados.

- Destacar, ainda, que o **Eixo 4) Redes territoriais e governação**, da EDIT, possui uma relação transversal com todos os objetivos estratégicos desta EDL considerando, em particular, os objetivos identificados para este eixo como “dinamizar mecanismos para inverter as dinâmicas associadas ao despovoamento”, “criar redes que promovam o emprego e o desenvolvimento de novas atividades” e, muito importante, “estruturar mecanismos de discriminação positiva que permitam alavancar novas oportunidades de negócio e contribua para a atração de novos investimentos”.
- No contexto da análise efetuada (ver quadros seguintes) verifica-se que os vários objetivos estratégicos encontram-se interligados com um conjunto significativo de patamares/ ações integradas para o desenvolvimento, que se encontram previstas na EIDT Região Douro 2020, facto que consolida a ampla relação e coesão entre a abordagem estratégica desenvolvida para a DLBC Douro Sul e a EIDT desenvolvida para a NUT III Douro da Comunidade Intermunicipal do Douro.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz de coerência e alinhamento de instrumentos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ABD	EIDT REGIÃO DOURO 2020
OE1. COMBATER OS ELEVADOS NÍVEIS DE DESEMPREGO E ÍNDICES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	<i>Eixo1. Competitividade, conhecimento e inovação</i> <i>Eixo3. Inclusão e coesão social</i> <i>Eixo4. Redes territoriais e governação</i>
OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS	<i>Eixo1. Competitividade, conhecimento e inovação</i> <i>Eixo2. Sustentabilidade territorial</i> <i>Eixo4. Redes territoriais e governação</i>
OE3. PROMOVER O EMPREENDEDORISMO, AS MICROEMPRESAS E O AUTO EMPREGO	<i>Eixo1. Competitividade, conhecimento e inovação</i> <i>Eixo3. Inclusão e coesão social</i> <i>Eixo4. Redes territoriais e governação</i>
OE4. VALORIZAR O TURISMO RURAL, OS ELEMENTOS PATRIMONIAIS, AMBIENTAIS E NATURAIS E INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM O RECURSO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS	<i>Eixo1. Competitividade, conhecimento e inovação</i> <i>Eixo2. Sustentabilidade territorial</i> <i>Eixo4. Redes territoriais e governação</i>
OE5. DINAMIZAR E PROMOVER AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E O TRABALHO EM REDE DE DIFERENTES NÍVEIS DE PARCERIAS	TRANSVERSAL

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

- Na coerência com a **Estratégia de Desenvolvimento para o Vale do Douro Sul 2020**, importa destacar o seguinte:
- A visão estratégica desenvolvida pela AMVDS procura responder a um conjunto de desafios basilares dos quais se destaca a “coesão social e criação de condições para fixar e atrair população jovem e qualificada”, o “desenvolvimento competitivo das fileiras estratégicas” e o “acesso aos grandes mercados”. Este conjunto de desafios encontram-se fortemente alinhados com o conjunto dos objetivos estratégicos previstos neste EDL.
- Por outro lado, numa lógica de maior profundidade, constata-se que o objetivo estratégico (OE1/EDL) “Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social” encontra-se ligado com o **Eixo 2) valorização social e cultural**, nomeadamente com o vetor 2.1) capital social e qualificação humana.
- O objetivo estratégico (OE2/EDL) “Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais” relaciona-se de forma expressiva com o **Eixo 1) valorização económica e sustentável**, em particular com os três vetores previstos para este eixo, nomeadamente o vetor 1.1) recursos produtivos endógenos, o vetor 1.2) paisagem, cultura e património e o vetor 1.3) desenvolvimento turístico.
- O objetivo estratégico (OE3/EDL) “Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego” possui uma estreita correlação com o **Eixo 1) valorização económica e sustentável**, nomeadamente com os vetores 1.1 recursos produtivos endógenos e 1.3 desenvolvimento turístico, bem como com o eixo 2) valorização social e cultural, em particular com o vetores 2.1 capital social e qualificação humana e 2.2 capital cultural.
- O objetivo estratégico (OE4/EDL) “Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis” possui uma profunda relação com o **Eixo 1) valorização económica e sustentável**, em particular com os vetores 1.2 paisagem, cultura e património e 1.3 desenvolvimento turístico.
- No quadro seguinte onde se sintetiza a relação dos objetivos estratégicos da DLBC do Douro Sul com os eixos EDVDS 2020.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz de coerência e alinhamento de instrumentos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ABD	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O VALE DO DOURO SUL - EIXO ESTRATÉGICOS
OE1. COMBATER OS ELEVADOS NÍVEIS DE DESEMPREGO E ÍNDICES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	<i>Eixo 2. Valorização social e cultural</i>
OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS	<i>Eixo 1. Valorização económica e sustentável</i>
OE3. PROMOVER O EMPREENDEDORISMO, AS MICROEMPRESAS E O AUTO EMPREGO	<i>Eixo 1. Valorização económica e sustentável</i> <i>Eixo 2. Valorização social e cultural</i>
OE4. VALORIZAR O TURISMO RURAL, OS ELEMENTOS PATRIMONIAIS, AMBIENTAIS E NATURAIS E INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM O RECURSO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS	<i>Eixo 1. Valorização económica e sustentável</i>
OE5. DINAMIZAR E PROMOVER AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E O TRABALHO EM REDE DE DIFERENTES NÍVEIS DE PARCERIAS	Transversal

5. OPERACIONALIZAÇÃO

- Uma estratégia territorial assenta, pelo menos, em **três pilares**:
 - **Caraterização do território/ onde estamos?** (pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades);
 - **Estratégia/ para onde queremos ir?** (caminhos, condições, instrumentos, processos);
 - **Operacionalização/ como executar e realizar?** (prioridades, tipologias financiáveis e monitorização).
- Este ponto (operacionalização) que agora abordamos, procura sintetizar e dar coerência aos compromissos que são estabelecidos tendo por base os objetivos estratégicos/ prioridades dos diferentes fundos estruturais/ tipologias de ações/ indicadores e metas.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE1. COMBATER OS ELEVADOS NÍVEIS DE DESEMPREGO E ÍNDICES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT9. Promover a Inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	PI 9.10 (FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária	- Apoio à criação de viveiros/incubadoras de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes, - Criação de microempresas e dinamização de iniciativas locais empresariais em setores competitivos - Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental de apoio	<i>-Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</i> -- Empresas Apoiadas -- Emprego criado	<i>-Convergir para o valor alvo definido no PO Norte, em 2023, a que corresponde 1,4.</i> -- 21 -- 42
	PI 9.6 (FSE) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária	- Apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e à criação de emprego, - Promoção de projetos de inovação social reforçando a sua vocação social, reforçando a sua vocação inclusiva e solidária, - Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais; - Aposta na qualificação das pessoas, incluindo o apoio a jovens tecnicamente habilitados para a implementação de projetos de inovação social.	<i>- Percentagem de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio</i>	<i>- Convergir com o valor alvo definido no PO Norte, para 2023, a que corresponde 50%.</i>

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE1. COMBATER OS ELEVADOS NÍVEIS DE DESEMPREGO E ÍNDICES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT3. Reforço da competitividade das PME	Prioridade 6 (FEADER) - Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais (MEDIDA 10 (FEADER))	- Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas e da criação de empregos - Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais	- Percentagem da população rural coberta do ELD	- Convergir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 72,73.
			- Empregos criados com apoio (Leader)	- Contribuir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 2.348.
			- Empresas apoiadas	-Aumentar o ritmo atual de criação de novas empresas, em convergência com o patamar médio nacional. -20 empresas apoiadas

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT 9. Promover a Inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	PI 9.6 (FSE) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária	- Animação de estruturas de suporte (viveiros de empresas) facilitadoras do empreendedorismo rural; - Diversificação das economias rurais	- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim o apoio	- Convergir com o valor alvo definido no PO Norte, para 2023, a que corresponde 50%.
			- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	-- Convergir com o valor alvo definido no PO Norte, para 2023, a que corresponde 50%.
			- Empresas apoiadas	-25
	PI 9.10 (FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária	- Dinamização de estruturas empresariais inovadoras e competitivas, capazes de responder às novas formas de procura e promoção de novos caminhos para o escoamento de produtos - Apoio à criação de viveiros/incubadoras de empresas, preferencialmente por via da refuncionalização de equipamentos existentes, - Criação de microempresas e dinamização de iniciativas locais empresariais em setores competitivos - Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental de apoio	- Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	- Convergir para o valor alvo definido no PO Norte, para 2023, a que corresponde 1,4.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	PI 8.9 (FEDER) Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas , incluindo conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.	-Realização de estudos e documentos sobre património material e imaterial; -- Dinamização de aldeias emblemáticas e centros rurais; -- Promoção conjunta de estratégias de marketing e animação territorial associadas a recursos com valor económico.	-Nº estudos; -- Nº aldeias dinamizadas; -- Nº de acções de promoção	- Convergir para as metas regionais

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL E DAS BASES PRODUTIVAS LOCAIS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT3. Reforço da competitividade das PME	Prioridade 2 (FEADER) - Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura (MEDIDA 10 (FEADER)) Prioridade 3 (FEADER) - Promover a organização das cadeias alimentares (MEDIDA 10 (FEADER))	- Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas, - Pequenos investimentos na transformação e comercialização, - Diversificação de atividades na exploração, - Cadeias curtas e mercados locais, - Promoção de produtos de qualidade locais	- Percentagem da população rural coberta do ELD	- Convergir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 72,73
			- Percentagem de explorações agrícolas com apoio PDR ao investimento e reestruturação e modernização	- Convergir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 2,73
			- Percentagem de explorações agrícolas com apoio PDR em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias curtas e agrupamentos/ organização de produtores	- Convergir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 2,97.
			- Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento - Percentagem de unidade industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	- Convergir para a meta definida pelo PDR, para 2023.
			- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas - Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais - Peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais	-25% -20% -15%

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE3. PROMOVER O EMPREENDEDORISMO, AS MICROEMPRESAS E O AUTO EMPREGO

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	PI 8.9 (FEDER) Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	- Realização de estudos e documentos sobre património material e imaterial; -- Dinamização de aldeias emblemáticas e centros rurais; -- Promoção conjunta de estratégias de marketing e animação territorial associadas a recursos com valor económico.	- Nº estudos; -- Nº aldeias dinamizadas; -- Nº de ações de promoção	- Convergir para as metas regionais.
	PI 9.6 (FSE) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária	- Apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego por parte dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego - Implementação de planos de formação adaptados às necessidades locais - Apoio à qualificação, em especial de jovens, para a implementação de projetos de inovação social	- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego - Empresas apoiadas - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio	- Convergir para as metas regionais. - Aumentar o ritmo atual de criação de novas empresas, em convergência com o patamar médio nacional. - Convergir com o valor alvo definido no PO Norte, para 2023, a que corresponde 50%.
OT 9. Promover a Inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	PI 9.10 (FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento de base comunitária	- Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo através da criação de empresas (incluindo emprego próprio)	- Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	- Convergir para o valor alvo definido no PO Norte, em 2023, a que corresponde 1,4.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE4. VALORIZAR O TURISMO RURAL, OS ELEMENTOS PATRIMONIAIS, AMBIENTAIS E NATURAIS E INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM O RECURSO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	PI 6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	- Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e bens culturais e projeção da imagem da região, com elevado impacto em termos de captação de fluxos turísticos; - Criação e valorização de infraestruturas de áreas verdes não urbanas - Promoção da oferta do turismo da natureza, do turismo aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural, turismo religioso - Desenvolvimento de novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos, artes e saberes e na produção cultural - Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e bens culturais e projeção da imagem da região, com elevado impacto em termos de captação de fluxos turísticos	- Número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	- Aumentar o ritmo de crescimento de visitantes a sítios de património cultural e natural
			- Dormidas em estabelecimentos de turismo rural	- Aumentar o ritmo de crescimento do número de dormidas em estabelecimentos de turismo rural.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE4. VALORIZAR O TURISMO RURAL, OS ELEMENTOS PATRIMONIAIS, AMBIENTAIS E NATURAIS E INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM O RECURSO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
OT3. Reforço da competitividade das PME	Prioridade 6 (FEADER) – promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento das zonas rurais (MEDIDA 10 (FEADER))	- Diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas e da criação de empregos - Renovação de Aldeias	- Percentagem da população rural coberta do ELD	- Convergir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 72,73.
			- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	- Contribuir para a meta definida pelo PDR, para 2023. (2.3 postos trabalho/empresa apoiada. Hist. ABD)
			- Empregos criados com apoio (LEADER)	- Contribuir para a meta definida pelo PDR, para 2023, a que corresponde 2.348.
			- Empresas apoiadas	- Aumentar o ritmo atual de criação de novas empresas, em convergência com o patamar médio nacional.

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE5. DINAMIZAR E PROMOVER AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E O TRABALHO EM REDE DE DIFERENTES NÍVEIS DE PARCERIAS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
---	MEDIDA 10 (FEADER) Atividades de cooperação inter-regional e transnacional (FEADER)	- Informação da EDL - Estudos de mercado - Serviços de consultoria - Instalações e equipamentos - Cooperação em torno da promoção e dinamização conjunta de produtos locais	- Participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Douro (enoturismo); - Participantes em visitas de estudo e missões empresariais; - Reuniões do projeto e de parceria de cooperação; - Dossiers de imprensa produzidos; - Exemplares de catálogos distribuídos; - Exemplares de guias distribuídos; - Produtos endógenos promovidos; - Novos mercados abertos em razão da ações de promoção; - Novos processos, técnicas ou tecnologia desenvolvidos aplicados aos produtos endógenos; - Aplicações móveis e plataformas informáticas criadas; - Número de operações de cooperação.	- Incrementar os resultados face ao anterior período de programação

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

Matriz operativa

OE5. DINAMIZAR E PROMOVER AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E O TRABALHO EM REDE DE DIFERENTES NÍVEIS DE PARCERIAS

OBJETIVOS TEMÁTICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	TIPOLOGIA DE AÇÕES	INDICADORES	METAS
---	MEDIDA 10 (FEADER) Funcionamento e animação da parceria/ GAL (FEADER)	- Animação da estratégia - Gestão, monitorização e execução da EDL	- Actas do Órgão de Gestão; - Novos contactos estabelecidos com beneficiários; - Parecer do relator da Assembleia de Parceiros; - Relatórios de execução da ETL; - Produtos/ atividades divulgados; - Iniciativas de investimento apoiadas; - Iniciativas e ações de animação realizadas; - Participantes/utilizadores em eventos/iniciativas que contribuam para a promoção e animação da EDL no território de intervenção; - Entidades envolvidas nas ações de animação da parceria; - Relatórios de execução anual produzidos; - Reuniões do OG realizadas; - Ações de acompanhamento realizadas; - Número de ações de animação da estratégia.	- Incrementar os resultados face ao anterior período de programação

e) Proposta de estratégia e resultados esperados

CENÁRIO FINANCEIRO

- Os quadros seguintes apresentam uma estimativa dos resultados esperados de acordo com o conjunto de indicadores constantes neste ponto e) do documento de concurso DLBC 1ª fase – Pré-qualificação – DLBC Rurais.
- Por razões de facilidade de leitura os resultados esperados são organizados por fundo de apoio, sendo explicitado o método de cálculo, tendo por base o cenário financeiro apresentado. Tomou-se também em consideração, no cálculo de resultados esperados, o histórico da Beira Douro adquirido na gestão de anteriores instrumentos de política, que permite projetar os montantes médios de investimento por objetivo estratégico.
- Todos os pressupostos utilizados na estimativa de resultados estão devidamente apresentados. Os resultados apresentados são naturalmente projeções e como tal cenários hipotéticos.
- Pressuposto 1** | Repartição dos Fundos Comunitários considerando 16 DLBC previstos no Programa Norte 2020 e de 47 DLBC rurais a nível nacional dotação do FSE e FEDER previstos no Norte 2020 para as DLBC; Dotação FEADER prevista no PDR

Fundos	Milhões de euros	Nº DLBC	Estimativa por DLBC
FSE	27	16	1,69
FEDER	15	16	0,94
FEADER	130	47	2,77
Total			5,39

- Pressuposto 2** | Cálculo da despesa pública total - cofinanciamento nacional de 10% no caso do FEADER, 15% no caso do FSE e 15% no caso do FEDER.

Fundos	Milhões de euros	nº DLBC	Estimativa por DLBC	Despesa Pública
FSE	27	16	1,69	1,99
FEDER	15	16	0,94	1,10
FEADER	130	47	2,77	3,07
Total			5,39	6,16

f) Processo de envolvimento
com as comunidade locais

f) Processo de envolvimento com as comunidade locais

DISPOSITIVO DE PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS

- O trabalho agora concretizado partiu de um processo colaborativo em que os contributos recolhidos em diferentes momentos foram efetuados em plena articulação com os parceiros.
- Ao longo do ano de 2014 e já em 2015, mas de uma forma perene desde a criação da Beira Douro, promovemos reuniões com os municípios do nosso território de intervenção de forma a garantir a sua participação ativa na preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL).
- Durante a elaboração desta candidatura foram realizadas reuniões de parceria; workshops, assembleias onde os parceiros – associados e não associados - contribuíram para o desenvolvimento da estratégia, e foi com base nesse contributo que se mantém desde 1995, visto que a nossa parceria e a participação ativa na mesma por parte dos diferentes atores do território – públicos e privados; individuais e coletivos; empresas e organizações de classe; instituições de educação e de serviços sociais, entre outras – atua de forma perene desde a constituição da Beira Douro.
- Para a fase de execução está prevista a participação dos parceiros no desenvolvimento e implementação da EDL. Nesse sentido, a Beira Douro prevê a realização de comissões de acompanhamento, organismo que reunirá semestralmente para aferir a implementação da EDL e discutir eventuais caminhos a seguir para a prossecução dos objetivos previstos, bem como a Assembleia-Geral da Beira Douro que, enquanto órgão executivo, terá como função monitorizar a implementação da EDL e

promover todas as decisões que contribuam para uma melhor governação e participação de todos os parceiros.

- Destas comissões de acompanhamento resultará sempre uma acta redigida por um relator, podendo a mesma incluir sugestões que contribuam para a melhoria da execução da EDL.

ORGANIZAÇÃO DA PARCERIA

- O organigrama funcional do GAL Beira Douro apresentado no ponto C.1 do presente documento, expõe o modelo de organização da parceria e de que forma será implementada a EDL, mormente no que se refere às atividades de animação e acompanhamento
- Assim, a Assembleia- Geral que é o órgão deliberativo do nosso GAL, onde todos os parceiros associados têm assento terá como função proceder à animação e acompanhamento da implementação da EDL, através da realização de fóruns de debate subordinados ao progresso da implementação da EDL no nosso TI (Território de intervenção) e sobre o cumprimento das metas e objetivos propostos. A Assembleia-Geral terá em consideração os pareceres e comunicações que possam ser emanados da Assembleia de Parceiros da EDL – órgão consultivo do Órgão de Gestão em que todos os parceiros associados e os restantes parceiros não associados terão assento e de forma independente se pronunciarão sobre o progresso da EDL no Douro Sul.

f) Processo de envolvimento com as comunidade locais

- O Órgão de Gestão, enquanto órgão executivo, assumirá a responsabilidade de operacionalizar e orientar a equipa técnica para a dinamização das atividades de acompanhamento e animação da EDL, garantindo que as orientações e os contributos da Assembleia – Geral (e da Assembleia de parceiros) sejam integrados nessas atividades.
- Assim, no que se refere à animação da EDL e do território, importa frisar o papel determinante da Equipa Técnica Local, a quem cabe, numa primeira instância desenvolver o processo de animação da estratégia.

ACÇÕES E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DA EDL, EM PARTICULAR A MONITORIZAÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS E SUA ADERÊNCIA AOS OBJECTIVOS E METAS DEFINIDOS

- O acompanhamento da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local será realizado ao nível dos diferentes órgãos que integram o modelo organizacional, no âmbito das funções que lhes estão atribuídas e que detalhamos em pontos anteriores. Como instrumentos de acompanhamento, podemos, em primeira estância destacar um grupo de documentos de governação:
- **Manual de procedimentos** – Documento central que regula a aplicação do DLBC no nosso TI, e que estabelece os princípios e regras de funcionamento que o Grupo de Acção Local deve observar enquanto organismo Intermédio, nomeadamente, no que se refere à apresentação e análise dos pedidos de apoio, pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações,

de acordo com as orientações técnicas das autoridades de gestão dos fundos financiadores.

- **Regulamentos específicos das medidas e acções** que compõem o plano da EDL;
- **Mapas de controlo de projeto**, onde constam os dados da execução do investimento e respetiva comparticipação, o investimento a realizar, prazos de apresentação dos pedidos de pagamento, no sentido de verificar o cumprimento dos prazos previstos nos contratos de financiamento;
- **Quadros de execução dos projetos aprovados**, com indicação do investimento realizado e correspondente comparticipação, no sentido de avaliar o nível de execução global da EDL, permitindo ao mesmo tempo, uma análise detalhada de cada projeto;
- **Mapa de controlo orçamental do projeto** (por pedido de pagamento), onde é registada a execução em cada pedido de pagamento e aferida a execução por rubrica de investimento, tendo por base o orçamento aprovado;
- **Pareceres técnicos relativos a pedidos de alteração ao projeto**, onde consta a análise do técnico, fundamentada nos dados da execução, bem como, no cumprimento dos termos e objetivos para o qual o pedido de apoio tinha sido apresentado e concedido;

f) Processo de envolvimento com as comunidade locais

- **Relatórios de controlo in loco**, que deverão, entre outras, evidenciar que os pagamentos efetuados aos beneficiários podem ser comprovados por documentos contabilísticos ou outros mantidos pelos beneficiários; que a natureza e o período de realização da despesa respeitam as disposições comunitárias e correspondem às especificações aprovadas da operação;
- **Relatórios Finais de execução**, onde constam dados de todo o processo de implementação da EDL;
- No que se refere às ações de acompanhamento, estas acontecem sobretudo em duas fases:
- Ações de acompanhamento em contínuo e ações de controlo “ex post”. Neste caso, é verificado todo o histórico de aplicação dos fundos nas operações, cumprimento das disposições legais e num momento ulterior avaliado o impacto da aplicação dos mesmos.

MODALIDADE E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA A AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL

- No seguimento do referido anteriormente, os instrumentos e ações destacadas, são a base para a montagem do dispositivo de monitorização das execuções físicas e financeiras das operações financiadas de forma a detectar desvios relativamente ao previsto e a identificar as medidas de gestão necessárias à sua correção. A monitorização incidirá também sobre os resultados e impactos dos projectos e acções apoiadas sobre o território de intervenção de forma a identificar os respetivos contributos para os resultados esperados da EDL.
- É, nesse sentido, que consideramos que a avaliação assume um papel crucial

na implementação de todo o processo. Metodologicamente contribuirá, decisivamente, para uma melhoria contínua ao introduzir flexibilidade na condução dos processos face aos progressos verificados, na análise e retificação de desvios e, igualmente, na verificação do impacto das medidas implementadas. A avaliação aferirá também a pertinência dessas medidas para o cumprimento dos objetivos traçados e ajudará a criar o registo de percurso, fundamental para todo o território. Para a adequada implementação da EDL, propõe-se a aplicação de um modelo de avaliação caracterizado por duas perspectivas: a avaliação externa e a avaliação interna.

Avaliação Externa

- No que diz respeito à avaliação externa, será efectuada no quadro das comissões de acompanhamento e das Assembleias Gerais da Beira Douro. Esta terá 3 fases de avaliação:

1ª Fase - Avaliação Ex-ante

- Realizada na fase de pré-projecto, terá como função confrontar os desígnios propostos no projeto, a natureza e adequação dos objetivos com as atividades a seguir para os atingir. Também avaliará as metas propostas e o real impacto no território, da implementação das ações a desenvolver (Definição e apresentação da estratégia para o território). Serão definidos, nesta fase, os critérios de avaliação, a pertinência e relevância dos objetivos propostos. Será ainda realizada uma análise fina da estrutura técnica prevista, bem como da articulação da programação com o orçamento.

f) Processo de envolvimento com as comunidade locais

2ª Fase - Avaliação Intercalar

- Realizada no decurso de implementação do projeto, no ano 3 de implementação. Insere um carácter seminal para o sucesso do programa, pois servirá de instrumento fundamental no "corrigir da rota". Esta fase funcionará como balanço da ação desenvolvida e como tal dará os sinais necessários para a adequação da metodologia de implementação, com vista ao cumprimento dos objetivos estabelecidos. Será pelas razões apresentadas a fase de confrontação do programado com o executado, a sinalização dos desvios verificados ao nível físico, financeiro e temporal.

3ª Fase - Avaliação Final

- Será elaborado um Relatório prévio realizado até ao final de implementação do programa, sendo o documento final realizado no pós-implementação do programa, preferencialmente até 1 ano e meio depois da finalização do mesmo, e no qual se avaliará o impacto no território, por via da análise dos indicadores de resultado definidos. Esta avaliação externa deverá ter a participação ativa da parceria mas deverá ser realizada por uma entidade independente.

Avaliação Interna

- Em relação à avaliação interna propõe-se implementar um sistema de gestão de qualidade, que será a ferramenta de avaliação contínua da implementação. Os processos de suporte e operativos do sistema permitirão monitorizar a correta implementação da “abordagem LEADER”. Este sistema

será coordenado pela equipa técnica sob a alçada do coordenador que terá por missão emitir - em articulação com o Órgão de Gestão - um relatório semestral que deverá ser apreciado e aprovado pela Assembleia de Parceiros (o conteúdo a abordar nesse relatório deve ficar definido no manual de procedimentos) e que funcionará como um ponto de situação da implementação do programa em permanência.

f) Processo de envolvimento com as comunidade locais

AÇÕES DE ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

- A Ação do GAL Beira Douro na animação e acompanhamento estará plasmada num plano detalhado a apresentar na 2ª fase do concurso.
- Não obstante, a Beira Douro prevê realizar as seguintes ações de animação do território:
- Workshops temáticos sobre as oportunidades de investimento a realizar nas sedes concelhias do território de intervenção;
- Eventos promocionais dos recursos endógenos do território (a realizar no território e no exterior – Portugal e estrangeiro);
- Desenvolvimento de conteúdo promocionais e de animação (em formatos convencionais e em formatos digitais);
- Reativação das “conferências do Douro Sul”, ciclo de conferências que permita a participação das populações locais e o confronto de ideias com personalidades de destaque da vida pública portuguesa; (última realização: 2013) e de seminários temáticos sobre o desenvolvimento local, sempre de forma descentralizada pela área de intervenção;
- Douro em Stock - conjunto de iniciativas multidisciplinares que pretendem levar aos grandes centros urbanos nacionais e alguns dos mercados estratégicos para o Douro, o que de melhor se faz na região, promovendo assim de forma integrada a economia e a cultura regional;
- Promoção do Território / Captação de investimento – Ações promocionais

junto de públicos-alvo bem definidos que visa, entre outros objetivos: Promover os instrumentos financeiros do Portugal 2020 e de outros instrumentos de política disponíveis para aplicação no território do Douro em mercados-alvo estratégicos; Promover a valorização dos recursos do Território, através da captação de meios e dinâmicas empresariais para desenvolvimento de projetos de investimento e iniciativas empresariais no Douro Sul; Ajudar ao Desenvolvimento Turístico da região pela via de novos “players” que possam trazer novas ideias e formas empresariais; Promover o retorno dos naturais do Douro (e dos seus descendentes de 2ª geração), que pretendam regressar à Região de origem, ajudando-os a concretizar projetos criadores de valor, que ultrapassem as formas atuais de investimento desses naturais; Valorizar e promover os recursos humanos da Região, e a criação de emprego local; Desenvolver os aspetos de cooperação, da região com outras regiões do mundo, e colher junto de outros países novos modelos de gestão e desenvolvimento aplicáveis à realidade regional, com as devidas adaptações. Aumentar os níveis de Desenvolvimento e bem-estar da Região, promovendo o Emprego e o desenvolvimento harmonioso das componentes culturais e humanas específicas do Douro.

- Estas são algumas das ações de animação do território que temos pensadas e serão alvo de capítulo específico no âmbito da candidatura à 2ª fase do DLBC.

f) Processo de envolvimento com as comunidade locais

ACÇÕES A REALIZAR E MEIOS A UTILIZAR PARA PUBLICITAR A EDL DENTRO DO TERRITÓRIO E PARA DIFUNDIR OS SEUS RESULTADOS

- De forma a divulgar e promover a Estratégia de Desenvolvimento Local dentro do território a Beira Douro pretende manter um sistema dual que tão bons resultados tem dado até aqui. Por um lado, qualquer iniciativa de animação do território servirá para publicitar a EDL e difundir os seus resultados. Por outro, será efetuada de forma permanente uma comunicação com o território e os seus diferentes atores: membros da parceria e população em geral, e para isso prevemos realizar as seguintes ações:
- Publicitação nos OCS regionais (Jornais e Rádios);
- Divulgação via URL: www.beiradouro.pt/EDL e nas páginas e portais dos parceiros do GAL;
- Dinamização de um fórum aberto numa rede social que permita a participação da população, que desta forma poderá sugerir ações que visem a melhoria da implementação da EDL, promover novas abordagens de desenvolvimento e de organização, novos projetos e ideias;
- Edição semestral de newsletter (digital) com a evolução do programa e diversas outras rubricas sob o tema do PRODER e desenvolvimento rural;
- Participação e organização de Feiras sectorias e temáticas;
- Edição do Guia empreendedor (manual de Procedimentos) e sua difusão junto dos parceiros do território;
- Notícias e avisos de concursos nos OCS;
- Ações de divulgação junto das populações (workshops temáticos);
- Edição material promocional dos eventos do território co-financiados pelo DLBC;
- Reuniões com parceiros (Assembleias-Gerais e Comissões de Acompanhamento);
- Avisos de abertura dos concursos de acordo com disposições das entidades competentes;
- Conferências do Douro Sul;
- Entre outras ações de divulgação da EDL no território.

Beira Douro

Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural)

**EDL – Estratégia de
desenvolvimento Local**

Promotor:
Beira Douro – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro

